

Formulário para Solicitação de Autorização de Dispensa de Licitação

Unidade:

Assessoria de Cerimonial

Objeto:

Placas em inox

Enquadramento do Objeto:

Aquisição

Indicação da Necessidade para a Contratação:

Para atender o que dispõe o Ato Normativo n.º 31-2023, que implementou e regulamentou a entrega do Diploma de Reconhecimento à Carreira Institucional..

Fundamentação Legal - Lei Nº 9.433/05, art. 59, inciso

I-Para obras e serviços de engenharia de valor não excedente a 10% (dez por cento) do limite previsto para modalidade de convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mes:

Não

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;:

Sim

Outros (especificar):

-

PROPOSTAS APRESENTADAS

Proposta 1:

1-Item:

Placa de Homenagens de reconhecimento à Carreira Institucional do Ministério Público da Bahia

1-Fornecedor (Nome / Razão Social):

MMA ARTEFATOS EM ACRILICO COMERCIO IND.
SERVICO LTDA-ME

1-Valor Total (R\$):

12.500,00

Proposta 2:

2-Item:

Placa de Homenagens de reconhecimento à Carreira Institucional do Ministério Público da Bahia

2-Fornecedor (Nome / Razão Social):

GRAVCENTER LASER SERVICOS DE GRAVACOES LTDA

2-Valor Total (R\$):

16.250,00

Proposta 3:

3-Item:

Placa de Homenagens de reconhecimento à Carreira Institucional do Ministério

3-Fornecedor (Nome / Razão Social):

JF SOLUCOES EM COMUNICACAO VISUAL LTDA

3-Valor Total (R\$):

23.000,00

FORNECEDOR(es) SELECIONADO(s)

1-Fornecedor (Nome / Razão Social):

MMA ARTEFATOS EM ACRILICO COMERCIO IND.
SERVICO LTDA-ME

1-Endereço:

Avenida Silveira Martins, 219 - Cabula | Salvador - Bahia

1-CPF/CNPJ:

00899984000194

1-Valor (R\$):

12.500,00

2-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

2-Endereço:

-

2-CPF/CNPJ:

-

2-Valor (R\$):

-

3-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

3-Endereço:

-

3-CPF/CNPJ:

-

3-Valor (R\$):

-



Documento assinado eletronicamente por **Celia Borges De Almeida** em 21/08/2023, às 13:37, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0762703** e o código CRC **F49F83A9**.



1. OBJETO		
1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): Placa em aço inox 304, medidas: 20 cm X 15 cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de veludo super luxo, tipo caixa. <u>Observação:</u> Detalhamento dos itens que compõem o objeto constam na tabela 1 do ANEXO I (indicado ao final do documento).	
1.2 FORMA DE AQUISIÇÃO	()	A) AQUISIÇÃO IMEDIATA
ESCOLHER <u>UMA</u> DAS DUAS OPÇÕES (Marcar com X):	(X)	B) AQUISIÇÃO PARCELADA <u>Observação:</u> Caso seja definida esta opção, as regras de parcelamento constam na tabela 2 do ANEXO I (indicado ao final do documento). <u>Atenção:</u> as regras definidas para o pagamento devem estar alinhadas com as regras definidas para a prestação parcelada.
1.3 JUSTIFICATIVA: <u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</u>	A aquisição se justifica para atender o que dispõe o Ato Normativo n.º 31-2023, que implementou e regulamentou a entrega do Diploma de Reconhecimento à Carreira Institucional.	
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO(S) DEFINIDO(S)</u>	Para atender a demanda do Ato Normativo n.º 31-2023.	
1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRIOS ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO* (Marcar com X):	() SIM	(X) NÃO
	1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:	
	1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:	



2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1 INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL EM QUE SE ENQUADRA A HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO* (Marcar com X):	()	A) Artigo 59, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para obras e serviços de engenharia de valor não excedente a 10% (dez por cento) do limite previsto para modalidade de convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
	(X)	B) Artigo 59, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
	()	C) OUTROS (especificar)

3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

3.1 REGRAS DE FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL	3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO (X) A SIM () B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)	
3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	3.2.1 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO ➤ 05 dias () Úteis (X) Corridos. ➤ Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.	
	3.2.2 PRAZO DE ENTREGA ➤ 05 dias () Úteis (X) Corridos ➤ O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.	
	3.2.3 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA (X) A) NÃO () B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição. ➤ Por até _____ dias () Úteis () Corridos	
	3.2.4 ENDEREÇO DE ENTREGA: Ministério Público do Estado da Bahia. Sede Principal: 5ª Avenida, nº 750, 3º andar, sala 316, Assessoria de Cerimonial, Centro Administrativo da Bahia – CEP: 41.745-004 –	



Salvador, BA

3.2.5 REGRAS PARA ENTREGA:

- Entrega deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):
() A) NÃO (X) B) SIM
- Unidade responsável por receber: Assessoria de Cerimonial
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (71) 3103-0403-0443-0498-0502 e cerimonial@mpba.mp.br
- Dias para realização da entrega: segunda a sexta-feira
- Horários para entrega: 8h às 12h e 13 às 17h
- Condições especiais: Não

3.2.6 REGRAS PARA MONTAGEM - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

(X) A) BENS ENTREGUES MONTADOS

() B) BENS ENTREGUES DESMONTADOS

C) BENS ENTREGUES DESMONTADOS, MAS COM MONTAGEM A CARGO DO FORNECEDOR. Condições:

- PRAZO PARA MONTAGEM - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) _____ horas contadas a partir da solicitação pelo MPBA:

() B) _____ dias contados a partir da solicitação pelo MPBA:

() C) Mediante agendamento:

○ Unidade responsável:

○ Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (____) _____ e _____@mpba.mp.br

○ Dias para realização da montagem:

○ Horários para entrega:

- LOCAL PARA MONTAGEM - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) Sede específica do MPBA em Salvador: /

() B) Qualquer sede do MPBA na cidade Salvador ou respectiva Região Metropolitana, conforme requerido na AFM.

() C) Outra. Indicar:

3.2.7 REGRAS PARA INSTALAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

3.2 REGRAS DE
EXECUÇÃO
CONTRATUAL



	<input checked="" type="checkbox"/> (X)	A) BENS ENTREGUES SEM NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO
	<input type="checkbox"/> ()	B) BENS ENTREGUES COM INSTALAÇÃO A CARGO DO FORNECEDOR. <u>Condições:</u> ➤ PRAZO PARA INSTALAÇÃO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): <input type="checkbox"/> () A) _____ horas contadas a partir da solicitação pelo MPBA: <input type="checkbox"/> () B) _____ dias contados a partir da solicitação pelo MPBA: <input type="checkbox"/> () C) Mediante agendamento: <input type="checkbox"/> ○ Unidade responsável: <input type="checkbox"/> ○ Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (____) _____ e _____@mpba.mp.br <input type="checkbox"/> ○ Dias para realização da instalação: <input type="checkbox"/> ○ Horários para entrega: ➤ LOCAL PARA INSTALAÇÃO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): <input type="checkbox"/> () A) Sede específica do MPBA em Salvador: <input type="checkbox"/> () B) Qualquer sede do MPBA na cidade Salvador ou respectiva Região Metropolitana, conforme requerido na AFM. <input type="checkbox"/> () C) Outra. Indicar:
	3.2.8 TIPO E REGRAS DE EMBALAGEM DOS BENS: Não se aplica	
3.2.9 DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO FORNECIMENTO: Não se aplica		
3.3 PRAZO DE VALIDADE E/OU EXIGÊNCIA DE GARANTIA PARA O OBJETO ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO * (Marcar com X):	<input checked="" type="checkbox"/> (X)	A) SEM EXIGÊNCIA DE VALIDADE OU GARANTIA
	<input type="checkbox"/> ()	B) PRAZO DE VALIDADE: Na data da entrega, o prazo de validade indicado para o produto não poderá ter ultrapassado ____ (____) do seu total, tomando-se como referência a data de fabricação do lote impressa na embalagem.
	<input type="checkbox"/> ()	C) GARANTIA - Regras: ➤ EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): <input type="checkbox"/> () A) CONTRATADA (Regra geral) <input type="checkbox"/> () B) FABRICANTE (Exceção) ➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo): ➤ DURAÇÃO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):



() A) 01 ANO

() B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)

() C) OUTRO. Especificar:

- **PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO**, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) _____ HORAS () Úteis () Corridas

() B) _____ DIAS () Úteis () Corridos

- **NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) SIM

() B) NÃO

- **FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA** (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador

() B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)

() C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção).

Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

() D) Outra. Especificar:

- **DEMAIS REGRAMENTOS:**

**3.4 CONDIÇÕES E
RESPONSÁVEIS
PELO
RECEBIMENTO**

3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 05 dias () Úteis (X) Corridos

3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 05 dias () Úteis (X) Corridos

3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: *Assessoria de Cerimonial*

3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) NÃO SE APLICA

(X) B) PRAZO: () _____ HORAS () Úteis () Corridas



(X) 05 DIAS () Úteis (X) Corridos

DEMAIS REGRAMENTOS:

3.4.5 O recebimento dos bens ocorrerá mediante conferência dos produtos, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e/ou Instrumento Contratual (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Autorização de Fornecimento de Materiais.

3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**3.5 POSSIBILIDADE
OU NÃO DE
SUBCONTRATAÇÃO
O**

(X)

A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO

**ESCOLHER UMA
OPÇÃO
(Marcar com X):**

()

B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.

- Indicar parcela(s) subcontratável(eis):
- Indicar regras/condições para subcontratação:

**3.6 CONDIÇÕES DE
PAGAMENTO**

3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

(X)

A) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA

()

B) PAGAMENTO PARCELADO:

- Quantidade de parcelas:
- Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, normalmente conforme regra de entrega):



3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

☐ A) NÃO SE APLICA

☒ B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar: Apresentação da Nota Fiscal e das Certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

3.6.3 DEMAIS REGRAS:

3.6.3.1 O pagamento será efetuado processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

**3.7 POSSIBILIDADE
OU NÃO DE REAJUSTAMENTO,
COM INDICAÇÃO
DE ÍNDICE OFICIAL**

ESCOLHER UMA
OPÇÃO *
(Marcar com X):

☒ A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS

☐ B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:

➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

☐ A) INPC/IBGE

☐ B) OUTRO. Indicar:

➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requeri-



mento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.
- Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de fornecimento formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

()

- ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() Opção 1: _____ meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

() Opção 2: _____ dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

- ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

(X) Opção 1: 12 meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) Data certa: ____ de ____ de ____

(X) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

(X)

() Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) Data certa: ____ de ____ de ____

() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

- Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

()

A) NÃO

3.8 DEFINIÇÃO DE
VIGÊNCIAS



(X) B) SIM. Justificativa: Por necessidade da Assessoria de Cerimonial em atender a demanda do que dispõe o Ato Normativo n.º 31-2023.

3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressaltando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o MPBA, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos bens, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao MPBA e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao MPBA todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do MPBA;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo MPBA, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata



ata correção ou realização, sem ônus para o MPBA;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao MPBA qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPBA.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS

A) (X) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:

3.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS

A) (X) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:



3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSI- DADE DE GARAN- TIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL	()	A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)
	(X)	B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL
	()	C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras: ➤ Percentual exigido: () 5% (cinco por cento) <u>OU</u> () Outro. Indicar: _____ % (_____ por cento) ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.



ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

Item	Descrição (Especificações técnicas)	Unidade de Fornecimento	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total por item
1	Placa em aço inox 304, medidas: 20 cm X 15 cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de veludo super luxo, tipo caixa.	UND	50	250,00	12.500,00
Valor Total dos itens					12.500,00

1.2 DETALHAMENTO – AQUISIÇÃO PARCELADA (Caso tenha sido assinalada a opção “B” do item 1.2 do TR):

Item	Indicação Sucinta do Serviço	Quantidade de parcelas	Quantidade de itens por parcela	Periodicidade de Fornecimento
1	Placa em aço inox 304, medidas: 20 cm X 15 cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de veludo super luxo, tipo caixa.	Sob demanda, em atendimento ao Ato Normativo n.º 31-2023, tendo em vista que não há uma previsibilidade de aposentadoria voluntária dos membros deste Ministério Público.		

Comunicação Interna nº 14 / ASS CER - APOIO TÉCNICO E ADM - ASSESSORIA DE CERIMONIAL

Em 21 de agosto de 2023.

De: ASSESSORIA DE CERIMONIAL

Para: DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Assunto: Dispensa de Licitação - Placas em inox

À
Superintendência/ Diretoria Administrativa do Ministério Público da Bahia

Solicitamos a aquisição de placas em inox, através da modalidade de dispensa de licitação, em razão do prazo exíguo para a utilização do material em atos institucionais.

A aquisição se justifica para atender o que dispõe o Ato Normativo nº 31-2023, que implementou e regulamentou a entrega do Diploma de Reconhecimento à Carreira Institucional.

Na oportunidade, informamos que as servidoras Cinthia Sant'Anna Almeida, matrícula 352.210, e Célia Borges de Almeida, matrícula 353.573, realizarão o acompanhamento do objeto contratado como Fiscal e Suplente, respectivamente.

Atenciosamente,

Fernanda Pinho
Coordenadora da Assessoria de Cerimonial
Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado da Bahia
71 3103-0502



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Pinho Almeida Machado** em 21/08/2023, às 15:18, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0767154** e o código CRC **1229C88D**.

Diário n. 3377 de 21 de Julho de 2023

**CADERNO 1 - ADMINISTRATIVO > MINISTÉRIO PÚBLICO > PROCURADORIA
GERAL DE JUSTIÇA > GABINETE**

ATO NORMATIVO Nº 31, DE 20 DE JULHO DE 2023.

Institui e disciplina a concessão do Diploma de Reconhecimento à Carreira Institucional do Ministério Público da Bahia.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, XLVI, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996,

CONSIDERANDO que o cumprimento rotineiro do dever funcional deve ser continuamente valorizado;

CONSIDERANDO o propósito de simbolizar o reconhecimento institucional a membros e servidores que, ao longo de suas carreiras, tenham demonstrado dedicação e comprometimento exemplar com a missão do Ministério Público da Bahia;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Diploma de Reconhecimento à Carreira Institucional do Ministério Público da Bahia, distinção concedida pelo(a) Procurador(a)-Geral de Justiça.

Art. 2º A honraria será concedida a membros e servidores do Ministério Público da Bahia que se aposentem por tempo de serviço, em reconhecimento às suas trajetórias de dedicação e comprometimento exemplar com a missão institucional.

Art. 3º O(a) Procurador(a)-Geral de Justiça fará a entrega da honraria ao homenageado, em evento formal.

Art. 4º O Diploma de Reconhecimento à Carreira Institucional do Ministério Público da Bahia será cunhado em placa de metal, contendo a marca do Ministério Público da Bahia e o nome do homenageado.

Art. 5º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 20 de julho de 2023.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

ORÇAMENTO Nº 270723 I**Célia Almeida**

Assessoria de Cerimonial

Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel: (71) 3103-0403


Item.	Quant.	Descrição 93.30.00.00160344-2	Preço Unitário	Preço Total
01	50	Placa em aço inox 304, medidas: 20 cm X 15 cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de veludo super luxo, tipo caixa. 50	R\$ 250,00	R\$ 12.500,00
			Valor Total	R\$ 12.500,00
Prazo de Entrega		5 DIAS		
Condições de Pagamento		30 dias > BANCO DO BRASIL AG 3459-2 CC 29296-6		
Validade da Proposta		30 dias		
Transportador		MMA > pedido integral		
INSTALAÇÃO		MMA > Pedido integral		

Aprovação do cliente.**Iraci Coelho****Assinatura do cliente**

 Excluir  Arquivar  Denunciar  Resposta  Responda a todos  Encaminhar

RES: Solicitação de cotação para aquisição de Placas de Homenagens



 Você respondeu em Seg, 21/08/2023 13:41

MA MMA | MMA ACRILÍCOS <mma@mmaacrilicos.com.br>
Para: ASSESSORIA DE CERIMONIAL | MPBA



Qui, 17/08/2023 14:08



cerimonial MP placa aço inox...
467 KB



Segue 😊

De: ASSESSORIA DE CERIMONIAL | MPBA [<mailto:cerimonial@mpba.mp.br>]
Enviada em: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 10:47
Para: MMA | MMA ACRILÍCOS
Assunto: RE: Solicitação de cotação para aquisição de Placas de Homenagens

Bom dia!

Poderia reencaminhar o orçamento com um prazo maior de validade?
Estamos avaliando os orçamentos e o de vocês já está vencido.

Atenciosamente,

Célia Almeida

Assessoria de Cerimonial
Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado da Bahia
Tel: (71) 3103-0403

De: MMA | MMA ACRILÍCOS <mma@mmaacrilicos.com.br>
Enviado: quarta-feira, 16 de agosto de 2023 10:56
Para: ASSESSORIA DE CERIMONIAL | MPBA <cerimonial@mpba.mp.br>
Assunto: RES: Solicitação de cotação para aquisição de Placas de Homenagens

Bom dia!!

Sim, contempla o custo de entrega em salvador – único endereço.

Grata,

Iraci Coelho
vendas
iraci@mmaacrilicos.com.br

 **mma**
acrílicos
www.mmaacrilicos.com.br

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.899.984/0001-94
Razão Social: M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICOS COM IND SERVICOS LTDA
Endereço: RUA NOSSA SRA DO RESGATE 12B LOT G STO ANTONIO / CABULA / SALVADOR / BA / 41150-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/08/2023 a 10/09/2023

Certificação Número: 2023081200302545465919

Informação obtida em 21/08/2023 15:13:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 00.899.984/0001-94

Certidão n°: 37407152/2023

Expedição: 26/07/2023, às 15:15:27

Validade: 22/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **00.899.984/0001-94**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Prefeitura Municipal do Salvador - PMS

Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ
Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA SEFAZ E TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Razão Social: M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS LTDA
CNPJ: 00.899.984/0001-94
Endereço: RUA SILVEIRA MARTINS Nº 219 - CABULA, SALVADOR/BA - CEP: 41150000 -

Número da Certidão: 70676

É certificado que não constam pendências em nome do sujeito passivo acima identificado, incluindo matriz e filiais localizadas no Município.

Esta certidão se refere à situação fiscal, compreendendo créditos tributários administrados pela SEFAZ e a inscrições em Dívida Ativa junto à PGMS e abrange, inclusive, a situação cadastral do estabelecimento matriz e suas filiais ou imóvel(is) em que esteja(m) na condição de contribuinte.

Fica ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas do sujeito passivo que vierem a ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://sefaz.salvador.ba.go.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei nº 7.186/2006 - CTRMS.

Certidão emitida às 09:05:59 horas do dia 29/05/2023.

Válida até dia 27/08/2023.

Código de controle da certidão: **F884.D885.84D4.B5E6.B60D.DB3A.51C0.1627**

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20234344349**

RAZÃO SOCIAL	
M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTR	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
046.106.337	00.899.984/0001-94

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 28/07/2023, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS LTDA
CNPJ: 00.899.984/0001-94

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:24:45 do dia 28/02/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/08/2023.

Código de controle da certidão: **8552.D64C.6EFC.8E00**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.899.984/0001-94 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 03/11/1995</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) M M A ARTEFATOS DE ACRILICO</div>	<div>PORTE ME</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 32.99-0-99 - Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO R SILVEIRA MARTINS</div>	<div>NÚMERO 219</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 41.150-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CABULA</div>	<div>MUNICÍPIO SALVADOR</div>	<div>UF BA</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>	<div>TELEFONE (71) 2189-152</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/11/2004</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 14/07/2023 às 11:05:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 7 e CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE M.
M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS
LTDA ME**

CNPJ nº 00.899.984/0001-94

RAFAEL RUDA COELHO DE MORAIS E SILVA

[REDACTED]

JAILSON ALMEIDA DA SILVA

[REDACTED]

IRACI MARIA COELHO DE MORAIS

[REDACTED]

Sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial M. M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA ME, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29201638058, com sede Rua Silveira Martins, 219, Cabula Salvador, BA, CEP 41.150-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 00.899.984/0001-94, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual e Consolidação, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:


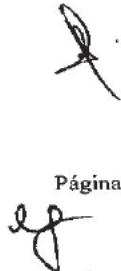
QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Retira-se da sociedade o sócio(a) JAILSON ALMEIDA DA SILVA, detentor de 5.000 (Cinco Mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais).

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLÁUSULA SEGUNDA. O sócio(a) JAILSON ALMEIDA DA SILVA transfere quotas de capital social, que perfaz o valor de R\$5.000,00 (Cinco Mil Reais), direta e

Req: 81700001046922

Página 1



Certifico o Registro sob o nº 97729152 em 22/01/2018

Protocolo 173311580 de 15/01/2018

Nome da empresa M. M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA NIRE 29201638058

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 37603787586826

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/01/2018

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Anexo Contrato Social (0767957)

SEI 19.09.48086.0020719/2023-48 / pg. 26

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 7 e CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE M.
M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS
LTDA ME**

CNPJ nº 00.899.984/0001-94

irrestritamente ao sócio IRACI MARIA COELHO DE MORAIS, dando plena, geral e irrevogável quitação.

Após a cessão e transferência de quotas, e da retirada de sócio(a), o capital social da sociedade no valor de R\$ 50.000,00(Cinquenta Mil Reais) dividido em 50.000 (Cinquenta Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada, subscrito e integralizado em moeda corrente do país, fica assim distribuído:
RAFAEL RUDA COELHO DE MORAIS E SILVA, com 20.000(Vinte Mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais)
IRACI MARIA COELHO DE MORAIS, com 30.000(Trinta Mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)
Totalizando o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA. A administração da sociedade caberá **ISOLADAMENTE** a(o) Sócio(a) IRACI MARIA COELHO DE MORAIS com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA QUARTA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes
Inserir a consolidação do contrato.CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA

Req: 81700001046922

Página 2



Certifico o Registro sob o nº 97729152 em 22/01/2018

Protocolo 173311580 de 15/01/2018

Nome da empresa M. M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA NIRE 29201638058

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 37603787586826

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/01/2018

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Anexo Contrato Social (0767957)

SEI 19.09.48086.0020719/2023-48 / pg. 27

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 7 e CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE M.
M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS
LTDA ME**

CNPJ nº 00.899.984/0001-94

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DENOMINADO M. M. A.
ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA -
ME, CNPJ Nº 00.899.984/0001-94.**

IRACI MARIA COELHO DE MORAIS,

RAFAEL RUDÁ COELHO DE MORAIS E SILVA,

sociedade **M. M. A. ARTEFATOS EM ACRÍLICO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA,
SERVIÇOS LTDA - ME**, com sede e domicílio na Rua Silveira Martins, nº 219 -
bairro Cabula, Salvador-Ba, CEP 41.150-000, com seus atos constitutivos arquivados na
Junta Comercial do Estado da Bahia, sob nº NIRE 29201638058 de 03/11/1995 e CNPJ
nº 00.899.984/0001-94, resolvem consolidar o Contrato Social, mediante as seguintes
cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial **M. M. A. ARTEFATOS EM ACRÍLICO
COMÉRCIO INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA - ME**, com sede e domicílio na Rua
Silveira Martins, nº 219, bairro Cabula, Salvador-Ba, CEP 41.150-000.

Req: 81700001046922

Página 3



Certifico o Registro sob o nº 97729152 em 22/01/2018

Protocolo 173311580 de 15/01/2018

Nome da empresa M. M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA NIRE 29201638058

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 37603787586826

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/01/2018

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Anexo Contrato Social (0767957)

SEI 19.09.48086.0020719/2023-48 / pg. 28

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 7 e CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE M.
M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS
LTDA ME**

CNPJ nº 00.899.984/0001-94

CLAUSULA SEGUNDA

O Capital Social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), representado por 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas e integralizadas em moeda corrente do país, distribuídas entre os sócios quotistas da seguinte forma:

NOME DOS SÓCIOS	QUOTAS	VALOR (R\$)	%
IRACI MARIA COELHO DE MORAIS	30.000	30.000,00	60,00
RAFAEL RUDÁ COELHO DE MORAIS E SILVA	20.000	20.000,00	40,00
TOTAL	50.000	50.000,00	100,00

CLAUSULA TERCEIRA

A sociedade tem por objetivo as atividades de Comércio, Indústria, Serviços de acrílicos, madeira, metais, couros, plástico em geral, tecidos e impressos serigráficos, podendo estender suas atividades na mesma área.

CLAUSULA QUARTA

A sociedade iniciou suas atividades em 03 de Novembro de 1995 e seu prazo de duração é indeterminado.

Req: 81700001046922

Página 4



Certifico o Registro sob o nº 97729152 em 22/01/2018

Protocolo 173311580 de 15/01/2018

Nome da empresa M. M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA NIRE 29201638058

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 37603787586826

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/01/2018

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Anexo Contrato Social (0767957)

SEI 19.09.48086.0020719/2023-48 / pg. 29

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 7 e CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE M.
M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS
LTDA ME**

CNPJ nº 00.899.984/0001-94

CLAUSULA QUINTA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA SEXTA




A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA SÉTIMA

A administração da sociedade caberá ao sócia **IRACI MARIA COELHO DE MORAIS**, com poderes e atribuições de representar ativa e passivamente a sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todo e qualquer ato, sempre no interesse da sociedade, sendo autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

Parágrafo único - A sociedade far-se-á representar pela assinatura dos administradores, em conjunto ou também por procuradores, especificados em instrumento de mandato próprio, com prazo de validade e com poderes outorgados, para representar em juízo, ativa ou passivamente, individualmente, especificamente para receber citação inicial ou prestar depoimento pessoal.

Req: 81700001046922



Página 5



Certifico o Registro sob o nº 97729152 em 22/01/2018

Protocolo 173311580 de 15/01/2018

Nome da empresa M. M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA NIRE 29201638058

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 37603787586826

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/01/2018

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Anexo Contrato Social (0767957)

SEI 19.09.48086.0020719/2023-48 / pg. 30

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 7 e CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE M.
M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS
LTDA ME**

CNPJ nº 00.899.984/0001-94

CLAUSULA OITAVA

Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLAUSULA NONA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.




CLAUSULA DÉCIMA

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pro labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Req: 81700001046922

Página 6



Certifico o Registro sob o nº 97729152 em 22/01/2018

Protocolo 173311580 de 15/01/2018

Nome da empresa M. M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA NIRE 29201638058

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 37603787586826

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/01/2018

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Anexo Contrato Social (0767957)

SEI 19.09.48086.0020719/2023-48 / pg. 31

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 7 e CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE M.
M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS
LTDA ME**

CNPJ nº 00.899.984/0001-94

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O Administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Req: 81700001046922

Página 7

127

g



Certifico o Registro sob o nº 97729152 em 22/01/2018

Protocolo 173311580 de 15/01/2018

Nome da empresa M. M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA NIRE 29201638058

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 37603787586826

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/01/2018

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Anexo Contrato Social (0767957)

SEI 19.09.48086.0020719/2023-48 / pg. 32

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 7 e CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE M.
M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS
LTDA ME**

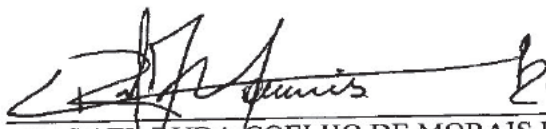
CNPJ nº 00.899.984/0001-94

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA

Fica eleito o foro de Salvador para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

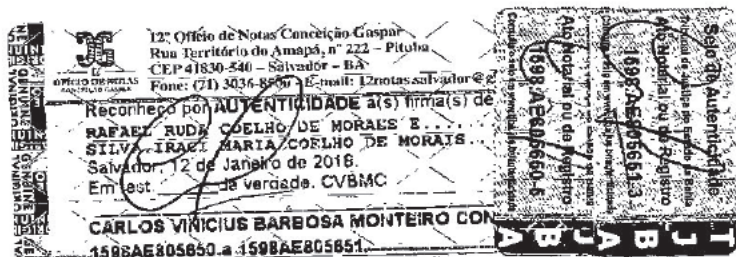
E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 01 (uma) via de teor e forma para que se produzam os efeitos legais.

SALVADOR-BA, 29 de novembro de 2017.


RAFAEL RUDA COELHO DE MORAIS E SILVA
CPF: [REDACTED]


JAILSON ALMEIDA DA SILVA
CPF: [REDACTED]

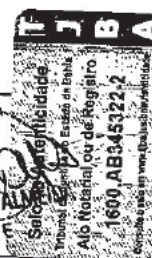

IRACI MARIA COELHO DE MORAIS
CPF: [REDACTED]



14º TABELIONATO DE NOTAS DE SALVADOR-BA
Av. Antonio Carlos Magalhães, 3840 - Ed. CAPEMI - 41.820-002 - Salvador
Telefone 71 3555-2188 - Bel. Otavio Camara de Queiroz - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA 0001 firma(s) de JAILSON ALMEIDA DA SILVA (145614).
Emol: R\$ 2,46 Taxa: R\$ 1,47 Total: R\$4,30
Selo(s): 1600 AB 345322-2
--- Em testemunho () da verdade.
ERICA THAIS SANTOS DE ALMEIDA - ESCRIVENTE AUTORIZADA
Salvador 16/01/2018


ERICA THAIS SANTOS DE ALMEIDA
ESCREVENTE



Req: 81700001046922

Página 8



Certifico o Registro sob o nº 97729152 em 22/01/2018

Protocolo 173311580 de 15/01/2018

Nome da empresa M. M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA NIRE 29201638058

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 37603787586826

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/01/2018

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Anexo Contrato Social (0767957)

SEI 19.09.48086.0020719/2023-48 / pg. 33

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

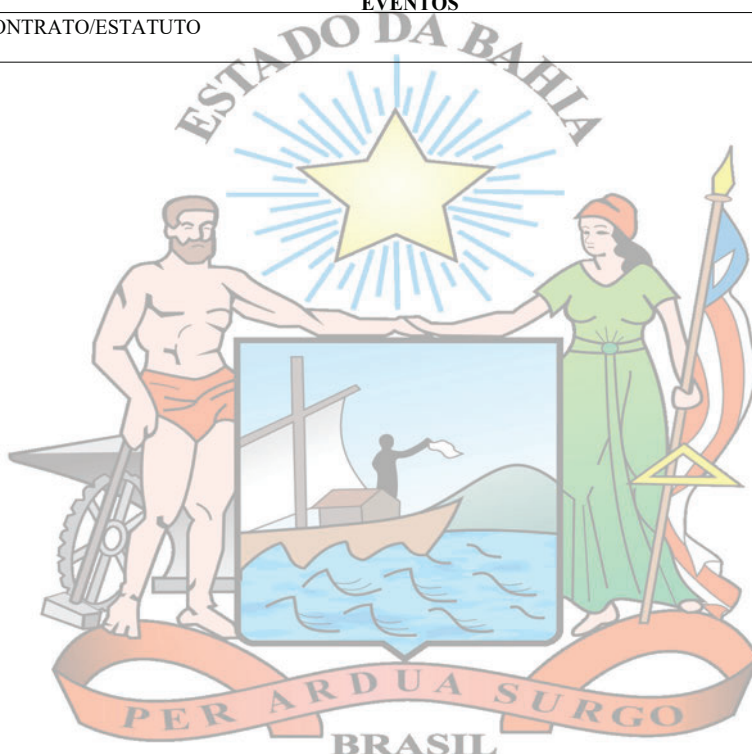
NOME DA EMPRESA	M. M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVICOS LTDA ME
PROTOCOLO	173311580 - 15/01/2018
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29201638058
CNPJ 00.899.984/0001-94
CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2018

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO



HÉLIO PORTELA RAMOS
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/01/2018

Certifico o Registro sob o nº 97729152 em 22/01/2018

Protocolo 173311580 de 15/01/2018

Nome da empresa M. M. A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVICOS LTDA NIRE 29201638058

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 37603787586826

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/01/2018

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

Anexo Contrato Social (0767957)

SEI 19.09.48086.0020719/2023-48 / pg. 34



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
COORDENADORIA DE CADASTRO

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO
PESSOA JURÍDICA

Validade deste Alvará: 31/12/2023

RAZÃO SOCIAL: M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS
LTDA - ME

NOME FANTASIA: MMA ARTEFATOS EM ACRÍLICO LTDA

CGA: 117.991/001-17

CNPJ: 00.899.984/0001-94

ENDEREÇO: Rua Silveira Martins, 219, CASA - CABULA

NATUREZA JURÍDICA: 206-2 - Sociedade Empresaria Limitada

CONSTITUIÇÃO EMPRESA: Matriz

ATIVIDADE(S)	CNAE	DATA INÍCIO
Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	3299-0/99	09/06/2011
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	4789-0/99	25/05/2009

TIPO DE UNIDADE: Unidade Produtiva

FORMA DE ATUAÇÃO: Estabelecimento Fixo

SITUAÇÃO CADASTRAL: Ativa Regular

Nº TVL: 186441 **VALIDADE:** Definitivo

DATA DA INSCRIÇÃO: 15/02/1996



DATA DE IMPRESSÃO: 03/01/2023

Para o exercício da atividade, se Produtiva ou Auxiliar, observar TVL e suas restrições.

CONDICIONANTES:

CÓDIGO DE CONTROLE : D18F48D0D6EF4C9DAC03222AF9859BA7

A autenticidade deste Alvará poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>), através do código de controle acima

	<h2>Consulta Pública ao Cadastro do Estado da Bahia</h2>	
Data da Consulta: 27/07/1921		Número da Consulta:

IDENTIFICAÇÃO

CNPJ:	00.899.984/0001-94	Inscrição Estadual:	046.106.337	UF:	BA
Razão Social:	M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS LTDA				

ENDEREÇO

Logradouro:	RUA SILVEIRA MARTINS				
Número:	219	Complemento:			
Bairro:	CABULA				
UF:	BA	Município:	SALVADOR	CEP:	41150000
Endereço Eletrônico:	procuradoria@conassa.com.br			Telefone:	(71) 2189152

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica:	Fabrica♦♦♦ de produtos diversos n♦♦ especificados				
Data da Inscrição Estadual:	24/04/1997	Usuário SEPD :	-----		
Situação Cadastral Atual:	Habilitado		Data desta Situação Cadastral:	29/12/1997	
Condição:	EMPRESA PEQUENO PORTE				
Observações:					
Regime de Apuração de ICMS:	SIMPLES NACIONAL				

Observações:

- Os dados acima são baseados em informações existentes na base de dados da Sefaz-Bahia e demonstra a situação cadastral do contribuinte nesta data.

[Voltar para nova seleção de contribuinte \(BA\).](#)
[Acessar cadastro de outro Estado](#)

DADOS BANCÁRIOS

Atesta a presente, que a empresa MMA ARTEFATOS EM ACRILICO INDÚSTRIA, COMERCIO, SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.899.984/0001-94, possui conta corrente na Instituição Bancária BANCO DO BRASIL 001 Agência 3459-2, conta corrente nº 29296-6.

Salvador, 06 de janeiro de 2020.

Iraci Maria Coelho de Moraes
Sócia-Empresaria

CPF nº [REDACTED]

Prezados, bom dia!

Solicitamos cotação de preços para compor Processo de Dispensa de Licitação para aquisição de **50 placas de homenagem**(por demanda).

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS			
ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTD	VALOR UND	VALOR TOTAL
Placa em aço inox 304, medidas: 20 cm X 15 cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de veludo super luxo, tipo caixa.	50	R\$ 325,00	R\$ 16.250,00
TOTAL GERAL			R\$ 16.250,00

O orçamento deverá conter:

Dados da Empresa:

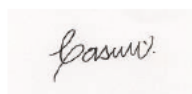
Razão social: GRAVCENTER LASER SERVIÇOS DE GRAVAÇÕES LTDA.

CNPJ: 422690130001/00

Endereço: AV. TANCREDO NEVES 274, CENTRO EMPRESARIAL IGUATEMI, bloco A – sala 112

Validade da proposta: 30 dias

Assinatura do responsável:



A cotação servirá de base para processo de dispensa de licitação e, por isso, solicitamos que seja incluído no orçamento o valor de todos os custos (entregas, impostos, etc).

Atenciosamente,

Célia Almeida

Assessoria de Cerimonial

Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel: (71) 3103-0403

Excluir Arquivar Denunciar Resposta Responda a todos Encaminhar

Re: Solicitação de cotação para aquisição de Placas de Homenagens

- Parte do conteúdo desta mensagem foi bloqueada porque o remetente não está na sua lista de Remetentes confiáveis. [Confio no conteúdo de aperfeicaoplacas@gmail.com.](#) | [Mostrar conteúdo bloqueado](#)
- Você respondeu em Ter, 15/08/2023 14:25

AP A Perfeição Placas <aperfeicaoplacas@gmail.com> Para: ASSESSORIA DE CERIMONIAL | MPBA Ter, 15/08/2023 14:07

Orçamento 50 placas.pdf 335 KB

Sra Célia, segue orçamento solicitado de 50 placas de homenagens.
Atenciosamente,
Carlos Melo
71996903924

Em seg., 14 de ago. de 2023 às 10:57, ASSESSORIA DE CERIMONIAL | MPBA <cerimonial@mpba.mp.br> escreveu:

Prezados, bom dia!

Solicitamos cotação de preços para compor Processo de Dispensa de Licitação para aquisição de **50 placas de homenagem**(por demanda).

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS			
ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTD	VALOR UND	VALOR TOTAL
Placa em aço inox 304, medidas: 20 cm X 15 cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de veludo super luxo, tipo caixa.	50		
TOTAL GERAL			

O orçamento deverá conter:

Dados da Empresa:
Razão social:
CNPJ:
Endereço:
Validade da proposta:



JF Comunicação

R. Claudionor dos Santos Paranhos Nº 112, Galpão 1 - Vilas do Atlântico - Lauro de Freitas-BA
atendimento@JFcomunicacao.com www.JFcomunicacao.com

(71) 3246-3414

CNPJ 12.468.762/0001-04

ORÇAMENTO Nº 013161

Hora: 14:06 Data: 14/08/2023

Cliente : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Contato : CÉLIA - (71)3103-0403
Endereço: AV 5A AV CENTRO ADMINISTRATIVO 760 Bairro: CENTRO ADMINISTRATIVO
CPF/Cnpj: 04.142.491/0001-66 Cpl: CENTRO ADM DA BAHIA Cidade: SALVADOR UF: BA CEP: 41745-004

Descrição do Item	Referencia	Uni	Quant.	VL Unita	VL Total
PLACA EM CHAPA DE AÇO INOX COM IMPRESSÃO EM BAIXO Formato: 0.20cm x 0.15cm Vias:	MT2 Cores:		50	460,00	23.000,00

Dados do Orçamento

VALIDADE DA PROPOSTA:

15 dias

PRAZO DE ENTREGA: 5 DIAS POR PLACA

FORMA DE PAGAMENTO: 50% AUTORIZAÇÃO + SALDO A COMBINAR (SOB CONSULTA)

Responsável: PAULO SANTOS VALOR R\$ 23.000,00

Situação Atual: Retirada na Empresa

Data Aprovação: / / Data Entrega: / /

Condições de Pagamento:

VALOR TOTAL R\$ 23.000,00

Impressão em 1 via - 1a VIA (X) - *** Obrigado pela Preferencia ***

Autorizo a execução do(s) serviço(s) nas condições acima discriminado

() Aprovado. () Reprovado. Assinatura: _____ Data: ____/____/____

OBSERVAÇÕES:

1) O adquirente declara ter conhecimento da Legislação Municipal pertinente, (Dec. nº12292 de 08.09.99, alterado pelo Dec.12642 de 28/04/2000), eximindo esta empresa de qualquer responsabilidade com relação ao licenciamento do engenho vendido. Orientamos que antes da instalação do material seja providenciada a regularização com a prefeitura.

2) As imagens utilizadas são de total responsabilidade do cliente, eximindo esta empresa de qualquer responsabilidade com relação ao licenciamento do uso das imagens.

3) A JF Comunicação só se responsabiliza por erros que estejam diferentes do layout impresso, assinado e autorizado pelo cliente, pois imagens e erros ortográficos devem ser conferidos pelo cliente antes da autorização, isentando esta empresa de total responsabilidade.

4) Prazo de entrega será contado e confirmado após orçamento e layout assinados em mãos da empresa para agendamento dos mesmos.

5) Em caso de atraso de pagamentos, após 30 dias, sem acordo de pagamento, o contratante autoriza, previamente, a JF Comunicação a retirada e uso fruto do engenho, ou serviço executado, para cobrir custos de produção.

CONDIÇÕES GERAIS:

LUMINOSO:

Ficará a cargo do cliente:

- Informar a voltagem para instalação: _____ v

- Fornecer ponto de luz próximo a local de instalação do luminoso.

- A ligação elétrica entre o engenho e o quadro de energia é de responsabilidade do contratante.

Prazos de garantia:

- Material elétrico e instalação elétrica: 90 dias

- Estrutura metálica: 01 Ano

- Pintura: 01 ano

- Lona e adesivo com impressão digital ou adesivada: 06 meses

- Adesivo em veículo: 120 dias

- Caixaria de PS e/ou PVC com pintura e/ou adesivo vinílico – 06 meses

- Material promocional (painéis, imobiliários e eventos): 06 meses

- ADESIVO EM PAREDE GOLD MAX 1 ANO

- Estrutura Alumínio composto – 12 meses

- A garantia não cobre danos causados por vendavais, ventanias, enchentes, raios e outras intempéries.

ADESIVAGEM DE VEICULOS

Quando o arquivo estiver definido, o cliente deverá ir ao DETRAN para obter informações de autorização para a circulação / veiculação.

Antes da aplicação (CLIENTE): Lavar o veículo com detergente neutro e não polir.

Após aplicação: Não polir ou utilizar produtos derivados de silicone e abrasivos, bem como não lavar o veículo com objetos de superfície áspera, com máquinas de pressão ou lavagens automáticas.

Cada carro deverá permanecer na empresa durante 03 dias úteis em média para aplicação. Para o adesivo aderir ao veículo, este não poderá apresentar pontos de ferrugens e nem amassados, pois formam bolhas de ar, comprometendo a aderência.

O veículo será devidamente vistoriado ao dar entrada em nossa empresa e ficará sob nossa responsabilidade até a devolução do mesmo, após a realização do serviço.

O tempo de cura da imagem é de 78 horas, mediante agendamento, para retorno quanto a retirada de bolhas.

Nossa garantia não cobre atos de vandalismo.

Não nos responsabilizamos por qualquer dano causado na pintura do veículo após a retirada do adesivo.

DESMONTAGEM

- No que tange ao material produzido e instalado pela JF Soluções em Comunicação Visual Ltda., esta ao realizar a desmontagem de respectivo material, não se responsabiliza pela armazenagem deste, sendo da inteira responsabilidade do cliente informar o local de entrega do referido após a desmontagem. Caso A JF Comunicação não seja formalmente informada acerca do local de entrega do material em comento, esta se reserva ao direito de descartar ou fazer qualquer tipo de uso deste.



JF Comunicação

R. Claudionor dos Santos Paranhos Nº 112, Galpão 1 - Vilas do Atlântico - Lauro de Freitas-BA
atendimento@JFcomunicacao.com www.JFcomunicacao.com

(71) 3246-3414

CNPJ 12.468.762/0001-04

ORÇAMENTO Nº 013161

Hora: 14:06 Data: 14/08/2023

Cliente : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Contato : CÉLIA - (71)3103-0403
Endereço: AV 5A AV CENTRO ADMINISTRATIVO 760 Bairro: CENTRO ADMINISTRATIVO
CPF/Cnpj: 04.142.491/0001-66 Cpl: CENTRO ADM DA BAHIA Cidade: SALVADOR UF: BA CEP: 41745-004

Descrição do Item	Referencia	Uni	Quant.	VL Unita	VL Total
PLACA EM CHAPA DE AÇO INOX COM IMPRESSÃO EM BAIXO Formato: 0.20cm x 0.15cm Vias:	MT2 Cores:		50	460,00	23.000,00

Dados do Orçamento

VALIDADE DA PROPOSTA:

15 dias

PRAZO DE ENTREGA: 5 DIAS POR PLACA

FORMA DE PAGAMENTO: 50% AUTORIZAÇÃO + SALDO A COMBINAR (SOB CONSULTA)

Responsável: PAULO SANTOS VALOR R\$ 23.000,00

Situação Atual: Retirada na Empresa

Data Aprovação: / / Data Entrega: / /

Condições de Pagamento:

VALOR TOTAL R\$ 23.000,00

Impressão em 1 via - 1a VIA (X) - *** Obrigado pela Preferencia ***

Autorizo a execução do(s) serviço(s) nas condições acima discriminado

() Aprovado. () Reprovado. Assinatura: _____ Data: ____/____/____

OBSERVAÇÕES:

1) O adquirente declara ter conhecimento da Legislação Municipal pertinente, (Dec. nº12292 de 08.09.99, alterado pelo Dec.12642 de 28/04/2000), eximindo esta empresa de qualquer responsabilidade com relação ao licenciamento do engenho vendido. Orientamos que antes da instalação do material seja providenciada a regularização com a prefeitura.

2) As imagens utilizadas são de total responsabilidade do cliente, eximindo esta empresa de qualquer responsabilidade com relação ao licenciamento do uso das imagens.

3) A JF Comunicação só se responsabiliza por erros que estejam diferentes do layout impresso, assinado e autorizado pelo cliente, pois imagens e erros ortográficos devem ser conferidos pelo cliente antes da autorização, isentando esta empresa de total responsabilidade.

4) Prazo de entrega será contado e confirmado após orçamento e layout assinados em mãos da empresa para agendamento dos mesmos.

5) Em caso de atraso de pagamentos, após 30 dias, sem acordo de pagamento, o contratante autoriza, previamente, a JF Comunicação a retirada e uso fruto do engenho, ou serviço executado, para cobrir custos de produção.

CONDIÇÕES GERAIS:

LUMINOSO:

Ficará a cargo do cliente:

- Informar a voltagem para instalação: _____ v

- Fornecer ponto de luz próximo a local de instalação do luminoso.

- A ligação elétrica entre o engenho e o quadro de energia é de responsabilidade do contratante.

Prazos de garantia:

- Material elétrico e instalação elétrica: 90 dias

- Estrutura metálica: 01 Ano

- Pintura: 01 ano

- Lona e adesivo com impressão digital ou adesivada: 06 meses

- Adesivo em veículo: 120 dias

- Caixaria de PS e/ou PVC com pintura e/ou adesivo vinílico – 06 meses

- Material promocional (painéis, imobiliários e eventos): 06 meses

- ADESIVO EM PAREDE GOLD MAX 1 ANO

- Estrutura Alumínio composto – 12 meses

- A garantia não cobre danos causados por vendavais, ventanias, enchentes, raios e outras intempéries.

ADESIVAGEM DE VEICULOS

Quando o arquivo estiver definido, o cliente deverá ir ao DETRAN para obter informações de autorização para a circulação / veiculação.

Antes da aplicação (CLIENTE): Lavar o veículo com detergente neutro e não polir.

Após aplicação: Não polir ou utilizar produtos derivados de silicone e abrasivos, bem como não lavar o veículo com objetos de superfície áspera, com máquinas de pressão ou lavagens automáticas.

Cada carro deverá permanecer na empresa durante 03 dias úteis em média para aplicação. Para o adesivo aderir ao veículo, este não poderá apresentar pontos de ferrugens e nem amassados, pois formam bolhas de ar, comprometendo a aderência.

O veículo será devidamente vistoriado ao dar entrada em nossa empresa e ficará sob nossa responsabilidade até a devolução do mesmo, após a realização do serviço.

O tempo de cura da imagem é de 78 horas, mediante agendamento, para retorno quanto a retirada de bolhas.

Nossa garantia não cobre atos de vandalismo.

Não nos responsabilizamos por qualquer dano causado na pintura do veículo após a retirada do adesivo.

DESMONTAGEM

- No que tange ao material produzido e instalado pela JF Soluções em Comunicação Visual Ltda., esta ao realizar a desmontagem de respectivo material, não se responsabiliza pela armazenagem deste, sendo da inteira responsabilidade do cliente informar o local de entrega do referido após a desmontagem. Caso A JF Comunicação não seja formalmente informada acerca do local de entrega do material em comento, esta se reserva ao direito de descartar ou fazer qualquer tipo de uso deste.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se à Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa - CEOA, para informar o saldo orçamentário.

Mariana de Araujo Pimentel
Assistente Técnico Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Mariana De Araujo Pimentel** em 21/08/20213, s à5:123conforme Ato Normativo nº 0543de à7 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0768961** e o código CRC **DB5E60A0**.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.899.984/0001-94
Razão Social: M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICOS COM IND SERVICOS LTDA
Endereço: RUA NOSSA SRA DO RESGATE 12B LOT G STO ANTONIO / CABULA / SALVADOR / BA / 41150-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/08/2023 a 29/09/2023

Certificação Número: 2023083105160610134008

Informação obtida em 14/09/2023 09:40:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS LTDA
CNPJ: 00.899.984/0001-94

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:23:48 do dia 28/08/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/02/2024.

Código de controle da certidão: **B980.5D9B.AB51.38CF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Prefeitura Municipal do Salvador - PMS

Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ
Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA SEFAZ E TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Razão Social: M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS LTDA
CNPJ: 00.899.984/0001-94
Endereço: RUA SILVEIRA MARTINS Nº 219 - CABULA, SALVADOR/BA - CEP: 41150000 -

Número da Certidão: 334732

É certificado que não constam pendências em nome do sujeito passivo acima identificado, incluindo matriz e filiais localizadas no Município.

Esta certidão se refere à situação fiscal, compreendendo créditos tributários administrados pela SEFAZ e a inscrições em Dívida Ativa junto à PGMS e abrange, inclusive, a situação cadastral do estabelecimento matriz e suas filiais ou imóvel(is) em que esteja(m) na condição de contribuinte.

Fica ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas do sujeito passivo que vierem a ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://sefaz.salvador.ba.go.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei nº 7.186/2006 - CTRMS.

Certidão emitida às 09:43:16 horas do dia 14/09/2023.

Válida até dia 13/12/2023.

Código de controle da certidão: **5E38.5DB8.3321.ECE2.AB9E.649C.FADF.C583**

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.

Formulário de Informações Orçamentárias

Projeto / Ação / Atividade (número e nome):

2000 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos

Código da Unidade Orçamentária:

40101

Código da Unidade Gestora:

0003

Saldo Orçamentário:

419.406,23

Natureza da Despesa:

33.90.30.000

Responsável pela Informação:

MARIANA COSTA DE ABREU ALVES

Responsável pela Unidade Gestora:

MARIA AMALIA BORGES FRANCO

Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):

109/2023-DADM



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Costa de Abreu** em 14/09/2023, às 09:47, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0794549** e o código CRC **95182E4D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Diretoria Administrativa,

Em atenção a Dispensa de Licitação e objetivando a instrução do presente processo, segue informações orçamentárias extraídas do **FIPLAN/PLAN60**:

PAOE: 2000 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos

Objetivo do PAOE: Atender despesas administrativas e outros serviços auxiliares, bem como de assessoramento e controle

Unidade Orçamentária: 40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência

Unidade Gestora: 0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público

Região/Fonte: 9900 - Estado / 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Destinação

Elemento de despesa: 33.90.30.000 - Material de Consumo

Saldo de dotação disponível: **R\$ 419.406,23 (quatrocentos e dezenove mil quatrocentos e seis reais e vinte e três centavos)**

Esclarecendo que se trata apenas de uma previsão de Disponibilidade Orçamentária, considerando a tramitação de outros processos com as mesmas características do elemento de despesa 33.90.30.000.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Costa de Abreu** em 14/09/2023, às 09:48, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0794552** e o código CRC **4132F4D1**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL - Coordenação de elaboração e acompanhamento de contratos e convênios,

Para análise da conformidade acerca da solicitação, bem como da existência de procedimentos desta Unidade Gestora com mesmo objeto no interstício de 60 (sessenta) dias, para aquisição, por dispensa de licitação, de placas em inox, no valor total de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), visando o atendimento do Ato Normativo nº 31-2023, que implementa e regulamenta a entrega do Diploma de Reconhecimento à Carreira Institucional.

Foi realizada pesquisa de preços com 03 (três) fornecedores, escolhendo-se o que apresentou o menor valor global para os itens.

Ante o exposto, bem como por haver disponibilidade orçamentária 0794549, informo que esta Diretoria está de acordo com a referida despesa.

Para fiscalização contratual, serão indicados os servidores a seguir:

- Fiscal: Cinthia Sant'Anna Almeida, matrícula 352.210;
- Suplente: Célia Borges de Almeida, matrícula 353.573.

Maria Amalia Borges Franco
Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Milena de Carvalho Oliveira Côrtes** em 14/09/2023, às 1: 81f , comArme Nto v ormatio nº 04: , de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Na autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código de verificação 0794733 e o código CRC 9B7E6D28.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Retorne-se o presente expediente à Assessoria de Cerimonial informando que, após análise da instrução do processo em epígrafe, identificamos o que segue:

Na instrução do procedimento em geral:

1. Ausência de assinatura no documento 0767962 correspondente ao comprovante de bancário. Solicitamos anexar novo documento devidamente assinado ou, se for o caso, anexar e-mail que deu origem ao recebimento do documento em meio eletrônico;

No Documento de Oficialização da Demanda:

2. Item 3.1.1 x Valor da contratação x 3.8 x 3.8.2-B

Considerando que a Unidade indicou que haverá necessidade de contrato (3.1.1), bem assim considerando que o valor da contratação já encontra-se próximo ao limite de dispensa, e, ainda, que, para a prorrogação de vigência do contrato (3.8.2-B), faz-se necessário respeitar-se o limite da dispensa (de R\$ 17.600,00), questionamos a unidade se há, efetivamente, a necessidade de instrumento contratual. Em havendo, sinalizamos que será necessário ajustar o seguinte:

- 2.1 Item 3.7 - Do reajuste: a contratada tem o direito ao reajuste após 12 meses da apresentação da proposta, deste modo, havendo contrato, com a vigência indicada no item 3.8.1-B, será necessário prever o reajuste de preços e indicar o índice;

Orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 14/09/2023, às 13:82, conforme Ato Normativo nº 075, de 18 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0797836** e o código CRC **2CC1EB85**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da empresa contratada, **M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICOS COM IND SERVICOS LTDA**, CNPJ **00.899.984/0001-94**, e de seus respectivos sócios, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0797890), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Milena Mª Cardoso do Nascimento
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 14/09/2023, às 10:24, conforme o Ato Normativo nº 7, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código de acesso 0797876 e o código CRC 2052D040.

1. OBJETO

1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): R al æmd çodinox304,medidl s:ç20camXç15cam,æomgrl vl çãøæmdbl ixoæeRevoæquimiogrl fil , l aondiaionl dl æmæstojoædeæveRidosuperRuxo,dipocal ixl . <u>Observação:</u> Detl Rhl mentoædosítensqueæompõemæobjetoæonstl mæn dl beR çlædoæANEXOð(indial dod o finl Rdoæloaumento).	
1.2 FORMA DE AQUISIÇÃO ESCOLHERUMA DAS DUAS O ÇÕES (Marcar com X):	()	A) AQUISIÇÃO IMEDIATA
	(X)	B) AQUISIÇÃO PARCELADA <u>Observação:</u> Çl soçejl ædefinidl æstl opção,d særegl sdeqpl raeR mentoæonstl mæn dl beR 2ædoæANEXOð(indial dod o finl Rdoæloaumento). <u>Atenção:</u> as regras definidas para o pagamento devem estar alinhadas com as regras definidas para a prestação parcelada.
1.3 JUSTIFICATIVA: <u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</u>	A aquisição se justifica para atender o que dispõe o Ato Normativo n.º 31-2023, que implementou e regulamentou a entrega do Diploma de Reconhecimento à Carreira Institucional.	
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO(S)</u> <u>DEFINIDO(S)</u>	Para atender a demanda do Ato Normativo n.º 31-2023.	
1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRIOS ESCOLHERUMA O ÇÃO* (Marcar com X):	() SIM	(X) NÃO
	1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:	
	1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:	
2. FUNDAMENTO LEGAL		
2.1 INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL EM QUE SE ENQUADRA A	()	A) Artigo 5H9I da Lei Estad, al/BA nu H.433/2ºº5 - pl rl æbrl sææserviçosædeæengenhrl ril deævl Rbrnãøææedented ç10%ðdezporæento)ædoðmiteprevistoql rl amodl Rdl deæde æonvite,ædesdeæquemãøææefirl md ql raeR sdeæuml æmesml æbrl æuserviço,æud indl pl rl æbrl sææserviçosdl æmesml ænl turezl æmoæmesmodRæl Rquepossl mãeræel Rzl dl s

O IPÓTESE DE CONTRATAÇÃO

ESCOLHER UMA
O ÇÃO*
(Marcar com X):

aonjuntl ææonaomitl ntemente;

(x)

B) Artigo 5º da Lei Estadual, nº 4.433/2005 - pl r l serviços e a compra de v l R r l t é 10% (dez por cento) do d mite previsto pl r l compra de serviços que n ã o se j m de engenh l r l , m m o d l R d de de a o n v i t e , e p l r l d R e n l ç õ e s , m o s a l s o s p r e v i s t o s m e s t r l d e i , d e s d e q u e n ã o s e a f i r l m d q l r a e R s a d e u m m e s m o s s e r v i ç o , c o m p r l c o u d R e n l ç ã o d e m l i o r a u R o q u e p o s s i s e r e l R z l d l d e u m l s ó v e z ;

()

C) OUTROS (especial r)

3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

3.1 REGRAS DE FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

3.1.1 O AVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

(X) A SIM

() B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)

3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.2.1 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

- 05ª dil ~~s~~) Úteis ~~o~~ (X) Corridos.
- Contl dos dli çao qe RdMinistérioc ú bRao,d çer dforml Rzl dl qpreferenail Rmenteporçeml iR

3.2.2 PRAZO DE ENTREGA

- 05ª) ☐ Úteis ☒ Corridos
- O presente é a nota de fornecimento, para o fornecedor, da nota de empenho, da compra de material de utilidade para o fornecimento, se for o caso, do instrumento de contratação.

3.2.3 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA

(X)	A) NÃO
-----	--------

B) SIM. Neste caso, somente será dmissível o pedido de formil RZL do que forneado do rntes do termo
finl Rdo qrl zo de centregl caonignl do, medil ntejustifial tivl c-ærespeativl caomprovl ção c-ædefl to
superveniente, d aeito qe fl dnstituição.

- ord téc adil sarrak) Úteisssssssssss) Corridos

3.2.4 ENDERECO DE ENTREGA:

Ministério Público do Estado da Bahia. Sede Principal: 5ª Avenida, nº 750, 3º andar, sala 316, Assessoria de Cerimonial, Centro Administrativo da Bahia – CEP: 41.745-004 – Salvador, BA

3.2.5 REGRAS PARA ENTREGA:

- Entregi adevãrã gendã dl cãESCOLHERUMAã CãOã(Marcar com X):



3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

() A) NÃO ~~_____~~ (X) B) SIM

- Unid de responsável por eaber: Assessoria de Cerimonial
- Telefone e e-mail p pl r caontl to e/ou cl gendl mento: (71) 3103-0403-0443-0498-0502 e cerimonial@mpba.mp.br
- Dil s pl r el Rzl çãodl entregl : segunda a sexta-feira
- Horários pl r entregl : 8h às 12h e 13 às 17h
- Condições espeail is: Não

3.2.6 REGRAS PARA MONTAGEM - ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):

(X) A) BENS ENTREGUES MONTADOS

() B) BENS ENTREGUES DESMONTADOS

C) BENS ENTREGUES DESMONTADOS MAS COM MONTAGEM A CARGO DO FORNECEDOR. Condições:

➤ RAZO e ARA d MONTAGEM e ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):

~~_____~~ () A) c _____ d horl s aontl dl sd pl rtir dl so Raitl çãope RdM BA:

~~_____~~ () B) c _____ dil s aontl dosd pl rtir dl so Raitl çãope RdM BA:

~~_____~~ () C) d Medil nted gendl mento:

()

- Unid de responsável
- Telefone e e-mail p pl r caontl to e/ou cl gendl mento: c(____) c _____ e _____@mpbl .mp.br
- Dil s pl r el Rzl çãodl montl gem:
- Horários pl r entregl :

➤ LOCAL e ARA d MONTAGEM e ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):

() A) Sede espeaifial d dM BA em SI Rl dor: d

() B) d Qul R quer sede d dM BA n l aidl de SI Rl dor ou respeativl d Regiã d Metropo Rtl - nl , aonforme requerido n l d AFM.

() C) d Outrl . dndial r:

3.2.7 REGRAS PARA INSTALAÇÃO - ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):

(X) A) BENS ENTREGUES SEM NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO

()

B) BENS ENTREGUES COM INSTALAÇÃO A CARGO DO FORNECEDOR. Condições:

➤ RAZO e ARA d INSTALAÇÃO e ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

☐ () A) c_____ horl sãontl dl sd pl rtirãl soRaitl çãopeRdM BA:

☐ () B) c_____ dil sãontl dosd pl rtirãl soRaitl çãopeRdM BA:

☐ () C) dMedil nted gendl mento:

- ☐ Unidl de responsáveP
- ☐ Telefone ce ce-ml iPl pl caontl to ce/ou cl gendl mento: c(____) c_____ ce _____@mpbl .mp.br
- ☐ Dil spl rl arel Rzl çãodl ínsl R çãõ:
- ☐ Horáriospl rl æntregl :

➤ LOCAL de ARAdNSTALAÇÃoe ESCOLHERUMAo ÇÃO (Marcar com X):

() A) Sede æspeaifial adodM BA æm d l Rl dor:

() B) dQul Rquer sededodM BA æl æidl dedl Rl dor æu æspeativl dRegiãodMetropoRtl - nl , æonforme ærequerido æl AFM.

() C) dOutrl . dndial r:

3.2.8 TIPO E REGRAS DE EMBALAGEM DOS BENS:

Não se aplica

3.2.H DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO FORNECIMENTO:

Não se aplica

3.3 PRAZO DE VALIDADE E/OU EXIGÊNCIA DE GARANTIA PARA O OBJETO

ESCOLHERUMA
O ÇÃO*
(Marcar com X):

☒ (X) A) SEM EXIGÊNCIA DE VALIDADE OU GARANTIA

☐ () B) PRAZO DE VALIDADE:

Nl ædl tl ædl æntregl , æqpl zoædævl Rdl dedndial doqpl rl æqprodu to ão æpoderá æter æutrl pl ssl doc _____ (_____) do cseu ætotl P ætoml ndo - se caomo æreferêncil d ædl tl ædedl brial çãõ do æbte æmpressl ænl æmbl R ægem.

☐ () C) GARANTIA ædRegl s:

➤ EXECUTOR DA GARANTIA æd ESCOLHERUMAo ÇÃO (Marcar com X):

☐ () A) æCONTRATADA ædRegl ægerl R

☐ () B) æFABRICANTE ædExæçãõ)

➤ Justifial rd æxigêncil ædægl rl ntill ædodl brial nte (Emælo æpositivo):

➤ DURAÇÃoe ESCOLHERUMAo ÇÃO (Marcar com X):

() A) æ1 æANO

() B) æ00 dIAS ædGARANTIA ædEGAL)

() C) æOUTRO . æspeaifial r:

➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CØAMADO æ contado a partir da æbert, æra



pelo MPBA e ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):

() A) c _____ HORAS () Úteis () Corridos

() B) c _____ DIAS () Úteis () Corridos

➤ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA e ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):

() A) SIM

() B) NÃO

➤ FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Se a resposta for positiva, descrever o objetivo e a forma de execução da assistência técnica):

() A) Assistência técnica a ser realizada no local de trabalho do servidor público

() B) Assistência técnica a ser realizada no local de trabalho do fornecedor (regulamentado)

() C) On site, isto é, assistência técnica prestada diretamente no local de trabalho do servidor público (exemplo): Regras:

- Os materiais dos produtos e serviços a serem fornecidos serão entregues no prazo máximo de _____ () horas, a partir da data da emissão do pedido; e
- O fornecedor ou o profissional contratado deverá apresentar ao servidor público o produto ou o serviço a ser fornecido, de acordo com o prazo estabelecido no edital, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital.

() D) Outra, especificar:

➤ DEMAIS REGRAMENTOS:

3.4 CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO

3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 05 dias () Úteis (X) Corridos

3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 05 dias () Úteis (X) Corridos

3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: *Assessoria de Cerimonial*

3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTO(S) REJEITADO(S) e ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):

() A) NÃO SE APLICA

(X) B) c RAZÃO: _____ HORAS () Úteis () Corridos

(X) c 05 DIAS () Úteis (X) Corridos

DEMAIS REGRAMENTOS:

3.4.5 O recebimento dos bens ocorrerá mediante conferência dos produtos, confrontando com os especificações constantes no Termo de Referência e/ou instrumento contratual (inclusive de anexos) e no proposta de preços, bem como a qualidade dos produtos e serviços a serem fornecidos.

3.4.6 O recebimento do produto do Ministério Público será considerado concluído quando o fornecedor apresentar o produto ou serviço conforme especificações e prazo estabelecidos no edital.

reabimento provisório/definitivo;

3.4.7 O r e a e b i m e n t o d e f i n i t i v o d o o b j e t o d e s t e a o n t r l t o s ó c e r á a o n a r e t i z l d o d e p o i s d e d d o t l d o s , p e r d o M i n i s t é r i o c ú b r a o d o E s t l d o d l d l h i l , d o d o s a s p r o a e d i m e n t o s a o n t i d o s m o s A t o d N o r m l t i v o s i n t e r n o s a e R t i v o s d o t e m l , a r e s p e i t l d l s d s a e x i g ê n a i l s a o n t i d l s a d o d r t . c l 6 1 a d l d e i d E s t l d u l P d B A n o 9.433/2005:

3.4.8. O d a e i t e o u d p r o v i ç ã o o b j e t o p e r d o M i n i s t é r i o c ú b r a o d o E s t d o d l d l h i l n ã o e x a r u i d r e s p o n s i b i l i d a d e c o f o r n e a d o r c p o r c v i a i o s , c d e f e i t o s c o u c d i s p l r i d l d e s c a o m c l s c e s p e a i f i a l ç õ e s e s t l b e r e a i d l s n e s t e C o n t r l t o e n o p r o a e s s o d e d i s p e n s l d e d i a i t l ç ã o q u e o o r i g i n o u , o v e r i f i a l d l s p o s t e r i o r m e n t e , q l r l n t i n d o s e d o M i n i s t é r i o c ú b r a o d o E s t d o d l d l h i l , a n a l i s e , d s f l a u r l l d e s p r e v i s t l s m l d e i f e d e r l R n . 2 8 . 0 7 8 / 9 0 e C ó d i g o d e D e f e s l d o C o n s u m i d o r .

3.5 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):	(X)	A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO
	()	B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS. ➤ Indicar o prazo de entrega dos serviços: ➤ Indicar as condições para a contratação:
3.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):	
	(X)	A) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE EM PARCELA ÚNICA
	()	B) PAGAMENTO PARCELADO: ➤ Qual o número de parcelas: ➤ Definição do montante de cada parcela e o prazo de pagamento de cada uma, normalmente conforme o prazo de entrega):
	3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):	
	()	A) NÃO SE APLICA
	(X)	B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar: Apresentar o modelo do formulário de solicitação de pagamento fiscal.
3.6.3 DEMAIS REGRAS:		
3.6.3.1 O valor pago será efetivado pelo órgão em nome do contratado, mediante apresentação da certidão de quitação emitida pelo órgão contratante, no prazo de até 08 (oito) dias úteis após a entrega do produto ou serviço.		

3.6.3.2d/erifial ndo-seaql Rquerpendênail âmpeditivl doapl gl mento,seráconsiderl dl caomodl tl ded presentl çaodl doadumentl çaod quefl nl aql Rfoirel Rzl dl d respeativl regufl rizl ção;

3.6.3.3 Asnoti sfisal isðeverðaðis ariminn ræðributos, æomæspeativosól Þres, d ðquotl sæðl ses deaðá Þuð, æuedenhl mæomofl togerl doræobjetoæontrl tl do;

3.6.3.4 O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do Departamento de Fiscalização do Trabalho, deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, após a publicação desta Portaria, providenciar a emissão de uma nova Portaria, para que seja dada ciência aos empregados e empregadoras, bem como aos empregados e empregadoras, de que a presente Portaria não produz efeitos.

3.6.3.5 Os qñl gl mentosæraãoæfetul dosd trl vésædeærdemðl naáril ,qñ rl æaréitoeæmæontl æorren-
teæd gênaíl ãndial dl speß æempresl æontrl tl dl ,preferenail ðnenteæmðl naodeæmovimentl ção
ofiaíl ðdeææaursosædoEstl doædl ðl hil ;

3.6.3.6a) **Ad tul Rzl** çãomonetáril adosql gl mentosãdevidosqeRdMinistérioc úbRãadodEstl doadl dBl - hil ,œmcal sodeœmorl ,œserácal RuR dl œonsiderl ndod adl tl adocvenaimentoadl œbrigl çãœadoseu efetivoql gl mento,aded aordœœomd œl ril çãœadodN CãdodBGEproœl tl œempore,œbservl do,œempre,œadispostomoãtem3.6.3.2.

(X)

A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS

3.7 POSSIBILIDADE OU NÃO DE REAJUSTAMENTO COM INDICAÇÃO DE ÍNDICE OFICIAL

ESCOLHER UMA -
 ÇÃOc*
 (Marcar com X):

()

B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:

➤ Índia e o fial Rpl rl waaáaBwBdl vl ril çãodepreçosc-ESCOLHERUMAO ÇÃOqMarcar com X):

() A)dN C/IBGE

() B) OUTRO.dndial r:

➤ A evenimentul Raonaessãodecel justl mentodjal aondiaionl dl cãd presentl cãodearequerimentoforml RperdForneaedor, d pãowãrl nsaursoãdoqrl zoãedl2(doze)meses, aontl - dosãdl dl tl dl d presentl cãoãdl wopostl ;

➤ Ni chipótese de crel justl mento, d dotl r-se-á caomo creferenail Pto d aumuR do cde c12 (doze) meses, sendo o termo inial Roamêscad presentl ção dl qpropostl ætermofinl P oamêscad nteaedd al tl æd niversário.

➤ Serão cobertos pelo custo de aquisição dos materiais necessários para a realização dos trabalhos, bem como os custos de transporte e de armazenagem dos materiais, desde que os mesmos não sejam cobertos por outros recursos.

3.8 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS

3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO -ESCOLHER UM(AO) ☒ NÃO ☐ (Marcar com X):

()

A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO



➤ ESCOLHER UMA ☐ *ÇÃO* ☒ *Marcar com X*:

() Opção 1: _____ meses, a partir da data da assinatura do termo de compromisso de fornecimento

() Opção 2: _____ dias, a partir da data da assinatura do termo de compromisso de fornecimento

B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

➤ ESCOLHER UMA ☐ *ÇÃO* ☒ *Marcar com X*:

(X) Opção 1: 12 meses, a partir da data da assinatura do termo de compromisso de fornecimento

() A) DI Tl aertl : _____ dec _____ dec _____

(X) B) DI dl tl dl públ çãodo resumo do contrato tom o Diário dl dustiçl d Petrônio

(X)

() Opção 2: _____ dias, a partir da data da assinatura do termo de compromisso de fornecimento

() A) DI Tl aertl : _____ dec _____ dec _____

() B) DI dl tl dl públ çãodo resumo do contrato tom o Diário dl dustiçl d Petrônio

➤ Justificar a vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA e ESCOLHER UMA ☐ *ÇÃO* ☒ *Marcar com X*:

(X) A) NÃO

() B) SIM. Justificar a vigência:

**3.9 OBRIGAÇÕES
DA CONTRATADA**

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.9.1 Exeautl r o b j e t o a o n t r l t u l P d e d a o r d a o m o s p r l z o e l s a e s p e a i f i a l ç õ e s d e a n i a l s a o n s t l n t e s n o i n s t r u m e n t o a o n v o a l t ó r i o e s e u s d n e x o s , m o d a l P d e t e r m i n l d o , m o s a d i l s a e m o s t u r n o s e h o r á r i o s d e e x p e d i e n t e d o M B A , n ã o p o d e n d o e x i m i r - s e d l o b r i g l ç ã o , d i n d l a q u e p l r a i l P n e n t e , s o b d d R e g l - ç ã o d e f l P h l s , d e f e i t o s o u f l R l d e p e s s o l P , m l t e r i l i s a / o u p e ç l s ;

3.9.2 A d o t l r d s p r o v i d ê n i a l s d e g l i s a / o u a o n t r l t u l i s c a l b í v e i s , n l s a o r r ê n a i l s a d e a l n o s m o a d e a u r s o d o u s o m o r m l R d o p r o d u t o a d u r l n t e o p r l z o d e g l r l n t i l a p o r d e f e i t o s d e f l b r i a l ç ã o ;

3.9.3 r o m o v e r , a s c u l s a e x p e n s l s a e s o b c u l a r e s p o n s l b i r d l d e , d d d e q u l d l a m b l P g e m , t r l n s p o r t e e e n t r e g l a o (s) d e m (n s) ;



3.9.4 restl rdiretl menteoobjetoaontrl tl do,naoatrl nsferindod outrem,moctodoouemopl rte,ressl P vl ndo-sed penl socal sosdecaisao,duaoouinaorporl caodl empresl aontrl tl dl ,adesdequenaoimpeçl m oscompromissosd ssumidospl rl aomdoMPBA,observl ndo-se,d indl ,eventul isrestricoesasubaontrl tl cao definidl smesteainstrumento;

3.9.5dMl nteradurl ntedodl d exeaucaoal aontrl tl cao,emcompitibiRdl deaomd sabrigl coesd ssu- midl s,dodl sd saondicoesdedhl biRtl caoaequl Rfial caoexigidl smoproaementodeaontrl tl cao;

3.9.6 rovidenail raeml nterd tul Rzl dl sdodl sd sdaençl sed Rl rasquntoasrepl rticoesacompeten- tesque,porventurl ,sejl mneaessariosaexeaucaoal aontrl tl cao;

3.9.7 Responsl biRzl r-sepeRcaumprimentoal saexigenail sprevistl snl deRisl caoprofissionl Respe- aifial depeRsenal rgosfisal isaomeraail isresuRl ntesal exeaucaoal aontrl tl cao;

3.9.7.1Aeventul RretencaodetributospeR MPBA naoimpral ranel responsl biRzl caoeste,emhipotesed P guml ,cporcul isquerpenl Rdl des coucgrl vl mes cfuturos, cdearrentes cde cinl dimplemento(s) cde tributos peR empresl aontrl tl dl ;

3.9.8 Emitirnotl sfisal is/fl turl sated aordoamod deRisl cao eomastedoamento,aontendoes- aricaodosbens,indial caoaequl ntidl des,preçosunitariosaol Rrdotl P;

3.9.9 Aral r,qul ndoal exeaucaoalobjetoaontrl tl do,aomtodoaequl Rquerdl nouprejuizo,independente- mentedl ml turezl ,cal usl dod o MPBA e/oud teraeiros,d indl queporcul cauPl ,emconsequenail deaerros, imperiail propril ouaded uxiRl resqueestejl masobcul responsl biRdl de, bemcomoresl raid o MPBA todos osustosdeaorrentesdeindevidl pl rl Rsl caouainterrupcaodoscaoservicoesaontrl tl dos;

3.9.10 Naointroduzir,sejl d queatitudoRfor,menhuml modifial caoml aspeaifial caoalobjetoaontrl tl do ou dl saeventul isnorml steanial sd seremseguidl s,semcaonsentimentoRprevio,aporaesarito,do MPBA;

3.9.11Atender,mosqrl zoscaonsignl dosmesteainstrumentoaeoupeRdMPBA,asreausl souadeterminl coesde desfl zimento/refl zimentoRorneaamentosaeoucaoservicosd aessoriosquenaoestejl msendoucaoaotenhl m sidoeaeautl dosadad aordoamod sdNorml scTeanian saeouemcaonformidl deaomd saondicoesdoEditl R(e l nexos)caonstl nte mo proaessoque cooriginou,providenail ndo cul dimedil tl caorrecaoouarel Rzl cao,sem onuspl rl doMPBA;

3.9.12 ermitiraofereaercaondicoespl rl d ml isd mpR caompRtl fisal Rzl caoadurl nted avigen- ail al aontrl tl cao,orneaendoinforml coes,propiail ndo ad aessoadoaumentl caoRpertinentea exeaucaoal aontrl tul Rted tendendoasobservl coesaeexigenail sd presentl dl speR fisal Rzl cao;

3.9.13 Comunial rforml Rnented o MPBA qul Rquerd norml Rdl dequeinterfirl modomd ndl mentoal exeau- caoal aontrl tl cao;

3.9.14 Ml ntercaobcul aexaRisivl responsl biRdl dedodl d asupervisaoadirecaoal aeventul Rnao de obrl meaessariil aexeaucaoampRtl aefiaienteal aontrl tl cao;

3.9.15 restl rtodosasasR reamentosqueforemsoraitl dospeR MPBA.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS

A) (X) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS,sendod pRaaveisomenteasregl mentosge- rl isdefinidosnoasubitemd nterior.



B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1 Forneer, no pr zoed técl0qdez)dl sd æontl rdoínaiodl origênail æl æontr tl ção, d sôn-
forml çõesneæssáril spl rl æued empresl æontr tl dl possl æxeautl rþRenl menteæobjetoæontr -
tl do;

3.10.2 Relatando os resultados dos exames de laboratório, com os dados das condições previstas no documento:

3.10.3c ermitir o eventual R a todos os empregados utóricos dos e empresas controladas de asistências e ções fiscais e do MPBA, nos termos de uma fórmula que se defina em negociações com o R e a execução controlada de P.

3.10.4 Ao ampliar a rede de distribuição de produtos, a empresa deverá assegurar a qualidade dos produtos e a segurança dos consumidores, bem como a conformidade com a legislação aplicável. A empresa deverá assegurar a rastreabilidade dos produtos e a conformidade com a legislação aplicável. A empresa deverá assegurar a conformidade com a legislação aplicável.

3.10.5 Fornearea empreselor conținând, medii tehnorailt căo, d testl doadeal pl aidl de deánial, qul n-
do doforneamento do obgeto d tenderul tisl toril menteosqrl zos de centregl, qul Rd de de eml is
aondioesprevistl s em editl Re ceusd nexos.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS

A) (X) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS,sendo pRaáveisomenteasregl mentosge-rl isdefinidosnosubitemd nterior.

B) OBRIGACÕES ESPECÍFICAS.

3.1º OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL COM PERCENTUAL

ESCOLHER UMA -
 ÇÃO
(Marcar com X):

() A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)

(X) B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL

C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regl s:

() ☐ 5% (ainas por cento) ☐ Outro. Indicar: ☐ % (por cento)

► ri zoql ri d presentl ção:œ œil sd pósd ssinl turl œœœntrl to.



ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

Item	Descrição (Especificações)	Unidade de Fornecimento	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor Total por item
1	Paleta de madeira 304, medida: 20cm x 15cm, com grade de aço em inox e revestimento em laminado de madeira de eucalipto superfundo, tipo alínea.	UND	50	250,00	12.500,00
Valor Total dos itens					12.500,00

1.2 DETALHAMENTO – AQUISIÇÃO PARCELADA (Caso tenha sido assinalada a opção “B” do item 1.2 do TR):

Item	Indicação do Serviço	Quantidade por mês	Quantidade por período	Período de Fornecimento
1	Paleta de madeira 304, medida: 20cm x 15cm, com grade de aço em inox e revestimento em laminado de madeira de eucalipto superfundo, tipo alínea.	Sob demanda, com atendimento até 31-2023, tendo como previsão de entrega para os membros do Ministério Público.		



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Prezados,

em resposta ao Despacho CEACC (0797836), informo que, as solicitações foram atendidas.



Documento assinado eletronicamente por **Celia Borges De Almeida** em 14/09/2023, às 1: 80, conforme Ato Normativo nº 075, de 1: de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0798511** e o código CRC **491B2CEB**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Devolvemos o expediente à Assessoria de Cerimonial, sinalizando que, a celebração de contrato por período que ultrapassará o prazo de 12 meses da apresentação da proposta ensejará o direito ao reajustamento de preços. Deste modo, faz-se necessário indicar qual índice deve ser aplicado, na eventual ocorrência de reajuste.

Paula Souza de Paula Marques
Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 19/09/2023, às 13:24, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0799956** e o código CRC **2EDF335A**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Prezados,

informamos que foi o Formulário DOD, foi atualizado, conforme orientação.



Documento assinado eletronicamente por **Celia Borges De Almeida** em 14/40/141923s 40,1à2con:orme 8to f ormatiaô nN4v° 2de 75 de Dezembro de 1414 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=4 informando o código Atribuidor **0801110** e o código CRC **C537E2FF**.

1. OBJETO

1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): R al œmd çodnoxc304,œmedidl s:c20camXcl5cam,œomqrl vl çãœmdbl ixoœeRevoœequimiogr fil , l aondiaionl dl œmæstojoœdeœerIdosuperdũxo,dipocal ixl . <u>Observação:</u> Detl fh mentodosátensqueœampõemœobjetoœonstl mœnl dl befl cladoœANEXO d(indial dod o finl Rdoœdaumento).					
1.2 FORMA DE AQUISIÇÃO ESCOLHERUMA DAS DUAS O ÇÕES (Marcar com X):	()	A) AQUISICÃO IMEDIATA				
	(X)	B) AQUISICÃO PARCELADA <u>Observação:</u> Ci soœejl œdefinidl æstl opçãõ,d sregrl sadeql rae fl mentoœonstl mœnl dl befl 2œdoœANEXO d(indial dod o finl Rdoœdaumento). <u>Atenção:</u> as regras definidas para o pagamento devem estar alinhadas com as regras definidas para a prestação parcelada.				
1.3 JUSTIFICATIVA: <u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</u>	A aquisição se justifica para atender o que dispõe o Ato Normativo n.º 31-2023, que implementou e regulamentou a entrega do Diploma de Reconhecimento à Carreira Institucional.					
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO(S)</u> <u>DEFINIDO(S)</u>	Para atender a demanda do Ato Normativo n.º 31-2023.					
1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRIOS ESCOLHERUMA O ÇÃO* (Marcar com X):	() SIM			(X) NÃO		
	1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:					
	1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:					
2. FUNDAMENTO LEGAL						
2.1 INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL EM QUE SE ENQUADRA A	()	A) Artigo 5H9I da Lei Estad, al/BA nu H.433/2995 - pl rl œbrl sæserviçosœdeœengenhil ril deœvl Brcnãœœaedented c10% d(dezporœento)dœdmiteprevistoql ri amodi RdI deœde aonvite,œdesdequẽcnãœœœrefirl md ql rae fl sadeuml mesml œbrl œuserviço,œud indl pl rl œbrl sæserviçosdl mesml nl turezl œmoœesmodœal Rquepossl mœserœel RzI dl s				

O IPÓTESE DE CONTRATAÇÃO

ESCOLHER UMA
O ÇÃO*
(Marcar com X):

aonjuntl ææonaomitl ntemente;

(X)

B) Artigo 5º da Lei Estadual nº 4.433/2005 - pl r l serviços e o m p r l s e d e v l R r l t é c 10 % (d e z p o r c e n t o) d o d i m i t e p r e v i s t o p l r l c o m p r l s e s e r v i ç o s q u e n ã o s e j m d e e n g e n h i r i l , n l m o d l R d d e d e a o n v i t e , e p l r l d R e n l ç õ e s , m o s a l s o s p r e v i s t o s m e s t r l d e i , d e s d e q u e n ã o s e r e f i r m d q l r a e R s a d e u m m e s m o s e r v i ç o , c o m p r l c o u d R e n l ç ã o d e m l i o r a u R o q u e p o s s i s e r e r e l R z l d l d e u m l s ó v e z ;

()

C) OUTROS (especial r)

3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

3.1 REGRAS DE FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

3.1.1 O AVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

(X) A SIM

() B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)

3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.2.1 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

- 05adil s() Úteis(X) Corridos.
- Contl dosadl æonvoal çãoqeRdMinistérioc úbRaod æerforml Rzl dl qpreferenail Rmenteporæ-ml iR

3.2.2 PRAZO DE ENTREGA

- 05ª dil ~~sem~~ () Úteis ~~sem~~ (X) Corridos
- O prlzo será o ntl do dl dl tl do a e abimento, qe R d Forneador, dl d Notl de d Empenho, d aompl nhl dl dl d utorizl ção de fornecimento e, se for o al so, do d instrumento a ontrl tul p

3.2.3 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA

(X)	A) NÃO
-------	--------

()

B) SIM. Nestal so, somente será dmissível o pedido de formil Rzl do peRdoRneadord ntes do termo finl Rdo qrl zo de centregl caon signl do, a medil ntejustifial tivl c-ærespeativl aomprovl ção c-ædefl to superveniente, d aeito peR dnstituição.

- ord téc _____ adil ~~sawaw~~ () Úteis ~~sawawawawaw~~ () Corridos

3.2.4 ENDERECO DE ENTREGA:

Ministério Público do Estado da Bahia. Sede Principal: 5ª Avenida, nº 750, 3º andar, sala 316, Assessoria de Cerimonial, Centro Administrativo da Bahia – CEP: 41.745-004 – Salvador, BA

3.2.5 REGRAS PARA ENTREGA:

- Entregi a deveser d gendi di e d ESCOLHER dUMA d CÃO d *(Marcar com X)*:



3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

() A) NÃO ~~_____~~ (X) B) SIM

- Unid. de responsabilidade: Assessoria de Cerimonial
- Telefone celular / e-mail / endereço: (71) 3103-0403-0443-0498-0502 e cerimonial@mpba.mp.br
- Dilex para entrega: segunda a sexta-feira
- Horários para entrega: 8h às 12h e 13h às 17h
- Condições especiais: Não

3.2.6 REGRAS PARA MONTAGEM - ESCOLHER UMA ~~_____~~ _____ (Marcar com X):

(X) A) BENS ENTREGUES MONTADOS

() B) BENS ENTREGUES DESMONTADOS

C) BENS ENTREGUES DESMONTADOS MAS COM MONTAGEM A CARGO DO FORNECEDOR. Condições:

- RAZÃO PARA MONTAGEM - ESCOLHER UMA ~~_____~~ _____ (Marcar com X):

~~_____~~ () A) _____ hora(s) para retirada do material: _____ BA:

~~_____~~ () B) _____ dia(s) para retirada do material: _____ BA:

~~_____~~ () C) Medição para entrega:

()

- Unid. de responsabilidade:
- Telefone celular / e-mail / endereço: (____) ____-____-____ e _____@mpba.mp.br
- Dilex para entrega:
- Horários para entrega:

- LOCAL PARA MONTAGEM - ESCOLHER UMA ~~_____~~ _____ (Marcar com X):

() A) Sede especial do BA em SI R/dor: _____

() B) Qualquer sede do BA em qualquer R/dor ou respectiva Região Metropolitana, conforme requerido no AFM.

() C) Outro. Indicar: _____

3.2.7 REGRAS PARA INSTALAÇÃO - ESCOLHER UMA ~~_____~~ _____ (Marcar com X):

(X) A) BENS ENTREGUES SEM NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO

()

B) BENS ENTREGUES COM INSTALAÇÃO A CARGO DO FORNECEDOR. Condições:

- RAZÃO PARA INSTALAÇÃO - ESCOLHER UMA ~~_____~~ _____ (Marcar com X):



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

____ () A) c _____, horl scaontl dl sd pl rtiradl soRaitl çãopeRdM BA:

____ () B) c _____, dil scaontl dosd pl rtiradl soRaitl çãopeRdM BA:

____ () C) dMedil nted gendl mento:

- ☐ Unidl de responsáveP
- ☐ Telefone ce ce-ml iPl pl caontl to ce/ou cl gendl mento: c(____) c _____ ce _____@mpbl .mp.br
- ☐ Dil spl rl arel Rz l çãodl ínsl R çãõ:
- ☐ Horáriospl rl æntregl :

➤ LOCAL de ARAdNSTALAÇÃoe ESCOLHER UMA d ÇÃOd (Marcar com X):

() A) Sede æspeaifial adodM BA æm d l R l dor:

() B) dQul R quer sede adodM BA æl æidl de d l R l dor æu æspeativl dRegiãodMetropoRtl - nl , æonforme ærequerido æl æFM.

() C) dOutrl . dndial r:

3.2.8 TIPO E REGRAS DE EMBALAGEM DOS BENS:

Não se aplica

3.2.H DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO FORNECIMENTO:

Não se aplica

3.3 PRAZO DE VALIDADE E/OU EXIGÊNCIA DE GARANTIA PARA O OBJETO

ESCOLHER UMA
O ÇÃOd*
(Marcar com X):

(X) A) SEM EXIGÊNCIA DE VALIDADE OU GARANTIA

() B) PRAZO DE VALIDADE:

Nl æl tl æl æntregl , æopl zoæævl Rdl de ændial do pl rl æproduto ão æ poderá æter æutrl pl ssl doc _____ (____) do cseu totl R ætoml ndo-se æomo æreferêncil d æl tl æde æl brial çãõ do æ æte æmpressl ænl æmbl R ægem.

() C) GARANTIA æRegrl s:

➤ EXECUTOR DA GARANTIA æ ESCOLHER UMA d ÇÃOd (Marcar com X):

____ () A) æCONTRATADA æRegrl æerl R

____ () B) æFABRICANTE æExæçãõ

➤ Justifial rd æxigêncil æægl rl ntill æodl brial nte (Emæ so æpositivo):

➤ DURAÇÃoe ESCOLHER UMA d ÇÃOd (Marcar com X):

() A) d1 æANO

() B) d90 dDIAS æGARANTIA æEGAL

() C) æOUTRO . æspeaifial r:

➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO C0AMADO9 contado a partir da abert, ra

pelos MPBAs e ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):

() A)c_____dHORAS () Úteis () Corridl s

() B)c dIAS () Úteis Corridos

➤ **NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA** e ESCOLHER UM(ÃO) (Marcar com X):

() A) SIM

() B) dNÃO

➤ **FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**(Se a resposta for positiva, marque a opção correspondente):

() A) Assistênaii sedil di ml zonl arbl nl oumetropoRtl nl deSl Rl dor

() B) Assistênai sedil dl empoal R caritériodofoineaedor (regl gerl R)

() On site, isto é, o sistema é prestado diretamente pelo BAC (exação). Regra:

- Os ahl ml dosp l r Assistênciail cêanial deverãoserd tendidosmoqrl zoomáxi-
modec _____ d _____) dhorl s, aontl dl sãl motifial çãopeRdM BA;
- O Forneador ou Fl brial nte da onformegrãl dec "Exeautor" d aiml ãndial dl)
l ral rácaomãdodl sd sãdespsl sãdearrentesãdl ãrepl rl çãoe/ouçsubstituição
debens, d ãnaRuãdesRãl mentodecseustêanciaosd osdãl isãemãqued que-
Resãstiverem, dẽmãomoeRdãrl nsporteqrl rl çul ãfiainl , sãemeãessãrio;

() D) Output. Especificar:

➤ **DEMAIS REGRAMENTOS:**

3.4 CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO

3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 05 ~~di~~ se () Úteis 05 ~~se (X) Corridos~~

3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: ~~05~~ 05 ~~dil~~ úteis ~~()~~ (X) Corridos

3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: *Assessoria de Cerimonial*

3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTO(S) REJEITADO(S) c- ESCOLHER UMA
O CÃO (Marcar com X):

() A) dNÃO dSE dA LICA

(X) B)c RAZO: dHORAS Úteis Corridos

XXXXXXXXXXXX (X) d5dIASXXXXXX) ÚteisXXXXXX (X) Corridos

DEMAIS REGRAMENTOS:

3.4.5 O recebimento dos bens ocorrerá mediante conferência dos produtos, confronto do com o especificação contida no Termo de Referência e/ou instrumento contratual (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem como a qualificação dos bens determinados pelo Autorizado de Fornecimento de Material.

3.4.6 O reabimento do depoimento do Ministério Público do Estado de São Paulo em relação a este caso, em 2014, foi considerado pelo Conselho de Defesa do Cidadão e do Meio Ambiente (CONDEMA) como uma das principais razões para a revisão do processo.



reabimento provisório/definitivo;

3.4.7 O reabimento definitivo do objeto deste contrato só será conarretizl do depois ded dotl dos, peRdMinistérioc úbRao do Estl do dl dl hil , todos os proadimentos contidos nos Atod Norml tivos internos e R tivos d o deml , respeitl dl sd s exigênail s contidl sdod rt. d161 dl Lei Estl dul PdBA nº 9.433/2005;

3.4.8 O d aeiteoud provl ção do objeto peRdMinistérioc úbRao do Estl do dl dl hil não exaRu id responsl biRdl de cdo cforneaedor cpor cvaios, cdefeitos cou cdispl ridl des caom cl s cespeaifial ções estl beRaidl smeste Contrl toæmo proaesso de Dispensl de d iaitl ção que o originou, verifial dl s posteriormente, q l ntindo sed o dMinistérioc úbRao do Estl do dl dl hil , anaRusive, d sd l auRdl des previstl sm l Lei Federl Rn.º 8.078/90 - Código de Defesl do Consumidor.

3.5 POSSIBILIDADE
OU NÃO DE
SUBCONTRATAÇÃO

ESCOLHER UMA
O ÇÃO
(Marcar com X):

(X)

A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO

()

B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.

➤ Indial røpl raeR (s) subaontr táveR eis):

➤ Indial rægrl s/aondições pl rl subaontr tl ção:

3.6 CONDIÇÕES DE
PAGAMENTO

3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):

(X)

A) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE EM PARCELA ÚNICA

()

B) PAGAMENTO PARCELADO:

➤ Qul ntidl de de pl raeR s:

➤ Definição dos montl ntes dl spl raeR sq or aqul ntidl de ou peraentul is, norml Rmente aonforme regl de aentregl):

3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA O ÇÃO (Marcar com X):

()

A) NÃO SE APLICA

(X)

B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar: Apresentl ção dl dNotl físal Re dl s Certidões de reguR ridl de físal Re dl bl Rhistl .

3.6.3 DEMAIS REGRAS:

3.6.3.1 O pl gl mento será fetul do proaessl do medil nted presentl ção, peR aontr tl dl , de notl físal Rce certidões cal bíveis c do amentl ção cestl cque cdeverá cestl r cdevidl mente d aompl nhl dl do ACEITE peRdMinistérioc úbRao do Estl do dl dl hil , æceæonaRu irá mo qrl zo de d08 (oito) dl s úteis d aontr r dl dl tl ded presentl ção dl do amentl ção, desde que não chl jl qpendênail d æser reguR rizl dl ;



➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() Opção 1: _____ meses, a contar da assinatura do termo de compromisso de fornecimento

() Opção 2: _____ dias, a contar da assinatura do termo de compromisso de fornecimento

B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

(X) Opção 1: 12 meses, a contar da assinatura do termo de compromisso de fornecimento () ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) O prazo de validade é: _____ meses

(X) B) O prazo de validade é: _____ meses, a contar da assinatura do termo de compromisso de fornecimento

(X)

() Opção 2: _____ dias, a contar da assinatura do termo de compromisso de fornecimento () ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

() A) O prazo de validade é: _____ meses

() B) O prazo de validade é: _____ meses, a contar da assinatura do termo de compromisso de fornecimento

➤ Justificar a vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA (ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

(X) A) NÃO

() B) SIM. Justificar a vigência:

**3.9 OBRIGAÇÕES
DA CONTRATADA**

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.9.1 Executar o objeto do contrato, de acordo com o projeto e as especificações técnicas, observando o prazo e a qualidade dos serviços, bem como a segurança e a saúde dos trabalhadores e do público em geral.

3.9.2 Adotar as providências necessárias para a execução dos serviços, bem como a segurança e a saúde dos trabalhadores e do público em geral.

3.9.3 Remover, à sua custa, os materiais e os equipamentos utilizados no serviço, bem como o transporte e a entrega dos materiais e equipamentos.

3.9.4 Responder diretamente pelo objeto do contrato, bem como a segurança e a saúde dos trabalhadores e do público em geral.



os compromissos assumidos pelo MPBA, observando-se, ainda, eventual isenção de submissão ao controle de custos definido neste instrumento;

3.9.5 O interessado deverá apresentar ao MPBA, para análise, a documentação necessária para a concessão do benefício, incluindo a declaração de necessidade de atendimento especializado;

3.9.6 O interessado deverá apresentar ao MPBA, para análise, a documentação necessária para a concessão do benefício, incluindo a declaração de necessidade de atendimento especializado;

3.9.7 Resposta do MPBA: o MPBA deverá responder ao interessado, informando o resultado da análise e a concessão ou não do benefício, dentro do prazo estabelecido neste instrumento;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não impedirá a prestação de serviços, desde que o interessado seja devidamente cadastrado no sistema de atendimento;

3.9.8 Emitir o termo de atendimento ao interessado, assinado pelo responsável pelo atendimento, e encaminhá-lo para o setor de registro de documentos;

3.9.9 A partir da data de atendimento ao interessado, o MPBA deverá manter o atendimento, independentemente da duração do atendimento, e não poderá interromper o atendimento, sob pena de responsabilização do MPBA por danos materiais e morais;

3.9.10 Não introduzir, seja de que natureza for, nenhuma modificação no atendimento, sem a prévia aprovação do MPBA;

3.9.11 Atender, nos prazos estabelecidos neste instrumento, o interessado ao MPBA, e, se necessário, determinar a concessão de benefícios, de acordo com a legislação vigente, e/ou com a legislação específica do MPBA, e/ou com a legislação específica do Estado da Bahia, e/ou com a legislação específica do Município de Salvador;

3.9.12 Permitir a ferecer a concessão de benefícios, de acordo com a legislação vigente, e/ou com a legislação específica do MPBA, e/ou com a legislação específica do Estado da Bahia, e/ou com a legislação específica do Município de Salvador;

3.9.13 Comunicar o resultado do atendimento ao interessado, dentro do prazo estabelecido neste instrumento;

3.9.14 O interessado deverá apresentar ao MPBA, para análise, a documentação necessária para a concessão do benefício, incluindo a declaração de necessidade de atendimento especializado;

3.9.15 Restar todos os dados e informações fornecidas pelo interessado ao MPBA.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS

A) (X) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo a prestação de serviços realizada de acordo com o regulamento interno do MPBA.

B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1 Forneer, no pr zoed téd10(déz)dl sd æontl rdoínaiodl origênail æl æontr tl ção, d sôn-
forml çõesneæssáril spl rl æued empresl æontr tl dl possl æxeautl rþRenl menteæobjetoæontr -
tl do;

3.10.2 Rel Rzl rwsqpl gl mentos adevidos pefl æxeaução do caontr to, mos dermos æaondições pfevis-
tos meste do aumento;

3.10.3c ermitir o advento de novos investimentos dos utentes das empresas controladas, através de **MPBA**, nos casos em que a entidade não seja obrigada a cumprir as obrigações de prestação de contas.

3.10.4 Aaompl nhl ræðisal Rzl ræðieRaumprimentoaodosqrl zosædl sæondiðesædl æontrl tl ção, notifial ndod empresl æontrl tl dl ,þoræsarito, sobreimperfieções, dl Rhl sæuðrreguR ridl desæonstl tl -dl sml æxeauçãoaobjeto, þl rl queæejl md dotl dl sd smedidl sæorretivl smeassáril s;

3.10.5 Fornearea empreselor conținând, medii tehnice și, de testare de calitate și de dezvoltare, care nu dovedește obiectul tendinței de mentenanță și de dezvoltare, care nu deține și are condiții prevăzute în modurile de utilizare.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS

A) (X) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS,sendo pRaáveisomenteasregl mentosge-rl isdefinidosnosubitemd nterior.

B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.

3.1º OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL9 COM PERCENTUAL

ESCOLHER UMA -
 ÇÃO
 (Marcar com X):

()

A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)

(x)

B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL

()

C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regra 5:

➤ **eraentul Rexigido:**

() 5% (ainaporaento) OU () Outro.dndial r: % (poraento)

➤ ri zoql ri d presentl ção:æ æil sd pósd ssinl turl æoæontrl to.



ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

Item	Descrição (Especificações)	Unidade de Fornecimento	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor Total por item
1	Refrigerador comercial, capacidade: 200 litros, cor branca, com porta de vidro, marca Samsung, modelo RS20M6000BQ, com congelador superior e gavetas para legumes e verduras.	UND	50	250,00	12.500,00
Valor Total dos itens					12.500,00

1.2 DETALHAMENTO – AQUISIÇÃO PARCELADA (Caso tenha sido assinalada a opção “B” do item 1.2 do TR):

Item	Indicação do Serviço	Quantidade por mês	Quantidade total por mês	Valor por mês
1	Refrigerador comercial, capacidade: 200 litros, cor branca, com porta de vidro, marca Samsung, modelo RS20M6000BQ, com congelador superior e gavetas para legumes e verduras.	Sob o regime de aluguel, com prazo de 12 meses, a partir de 01/01/2023, tendo como valor mensal de aluguel o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), mais o valor de manutenção mensal de R\$ 50,00 (cinquenta reais), totalizando R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.		



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Anexamos ao presente a minuta de contrato para análise e validação da unidade demandante. Após, estando validada, sugerimos o encaminhamento diretamente à Assessoria Jurídica para análise e parecer. Havendo necessidade de ajustes na minuta, solicitamos a devolução do expediente a esta Coordenação, acompanhado de despacho indicando os ajustes a serem realizados.

Paula Souza de Paula Marques
Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 19/02/2013, às 90:43, conforme Ato Normativo nº 075, de 94 de Dezembro de 1010 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0802919** e o código CRC **8618FEF1**.



CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/202x – SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **André Luís Sant'Ana Ribeiro**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº. **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida à **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, representada por seu/sua **XXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF/MF nº. **XXX.XXX.XXX-XX**, **CELEBRAM** o presente Contrato, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no edital de Licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº **xxxx/202x**, protocolado sob o nº SEI 19.09.02348.0023891/2022-67, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento, sob demanda, de placas em aço inox 304, com medidas de 20 cm x 15cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de eludo super luxo, tipo caixa, conforme especificações constantes deste instrumento;

1.2 Incluem-se no objeto contratual todas as despesas necessárias à plena execução do objeto e suas especificidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

2.1 A **CONTRATADA** deverá retirar a nota de empenho no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da data da convocação do **CONTRATANTE**;

2.1.1 A **CONTRATADA** será convocada, preferencialmente por meio eletrônico, para recebimento da nota de empenho, cuja comprovação de entrega/retirada deverá ocorrer também por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail).

2.1.2 O Fornecedor poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, §4º da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

2.2 O prazo para entrega do objeto é de **05 (cinco) dias**, contados da data do recebimento, pela **CONTRATADA**, da Nota de Empenho acompanhada da respectiva Autorização de Fornecimento de Material e Contrato;

2.2.2 A **CONTRATADA** deverá providenciar a entrega dos bens na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750, 3º andar, sala 316, Assessoria de Cerimonial, Centro Administrativo da Bahia.

2.2.3 A entrega deverá ser previamente agendada com o **CONTRATANTE**, por meio de sua Assessoria de Cerimonial, através dos telefones 71-3103-0403/0443/0498/0502 e/ou pelo e-mail cerimonial@mpba.mp.br;

2.2.4 As entregas deverão ocorrer em dias úteis (de segunda a sexta-feira), das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h;

2.3 O recebimento do objeto contratual, ficará sob a responsabilidade do (a) fiscal do contrato (responsável pela habilitação para pagamentos) em conjunto com um representante da **Assessoria de Cerimonial** do **CONTRATANTE**, caso estes não sejam a mesma pessoa;

2.3.1 Para fins de recebimento provisório/definitivo, não se reputará como válido o recebimento dado pelo **CONTRATANTE** em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço da **CONTRATADA**;

2.3.2 O prazo para **recebimento provisório será de 05 (cinco) dias**;

2.4 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas (tais como bens em dissonância com as especificações e exigências contratuais/editais, com vícios ou defeitos de fabricação, com prejuízo ao perfeito funcionamento ou com danos nas embalagens que possam comprometer a qualidade do conteúdo), podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.4.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a substituir o(s) equipamento(s) e/ou refazer o(s) serviço(s) no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da notificação expedida pelo **CONTRATANTE**;

2.5 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias** e só será concretizado depois de finalizados pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos contidos no Ato Normativo nº 007/2005 e na Instrução Normativa nº 006/2012, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005;

2.5.1 O recebimento ocorrerá também em conjunto com a Comissão de Recebimento de Bens Permanentes do **CONTRATANTE**, designada pela Portaria nº 047/2021-SGA – ou por instrumento que eventualmente a substitua, caso o valor do objeto contratual seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, nos termos do art. 153, c/c, art. 161 §4º, da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005;

2.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade	Destinação de Recursos (Fonte)	Ação (P/A/OE)	Região	Natureza da Despesa
40.101/0003		100	2000	9900	33.90.30

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS

4.1 O valor unitário dos bens objeto deste contrato é de:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO EM REAIS (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Placa em ao inox 304, medindo 20cm x 15cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de veludo super luxo, tipo caixa	Unidade	50	R\$250,00	R\$ 12.500,00
VALOR TOTAL DOS ITENS			R\$ 12.500,00		

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor global de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), equivalente ao fornecimento, sob demanda, de vestuário masculino para servidores vinculados à coordenação de transportes, em atuação nas áreas de representação e escolta de autoridades;

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, entregas e transportes de qualquer natureza, alimentação, hospedagem, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, mediante solicitação devidamente motivada da Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato deverá ser efetuado em **múltiplos faturamentos**, sendo cada um realizado após a entrega de cada pedido/empenho emitido pelo **CONTRATANTE**.

6.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, nota fiscal e

documentações/certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As notas fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA** e deverão conter as seguintes informações: número da licitação que deu origem ao contrato e número do empenho que formaliza a execução da despesa;

6.3.1 Deverá ser entregue, juntamente com a nota fiscal dos bens, comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no item **6.2.1**.

6.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º c/c artigo 144 e seguintes da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela **CONTRATADA**, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

7.1.1 Adotar-se-á o INPC/IBGE como índice oficial para o cálculo da variação de preços, tendo como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede o a data de aniversário, a saber:

7.1.1.1 Mês 1: Agosto/2023;

7.1.1.2 Mês 12: Julho/2024;

7.1.2 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a parcelas de serviços empenhadas após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, observando-se ainda que:

7.1.3 Reajustamentos subsequentes deverão observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de aplicabilidade da concessão do último reajuste;

7.1.4 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.1.5 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 A vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do seu resumo no Diário da Justiça Eletrônico, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 140 da Lei Estadual-Ba nº 9.433/2005.

8.2 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, ao respeito ao limite de valor autorizativo da contratação na modalidade de dispensa de licitação;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANTE**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.4.1 É **vedada a subcontratação**, ainda que parcial, dos serviços que compõem o objeto contratual;

9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;

9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos bens e serviços (quando couber), indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao MPBA e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir **ao CONTRATANTE todos** os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo licitatório que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.13 Comunicar formalmente **ao CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.0 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado, observando-se o sigilo necessário;

10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA E SEXTA**;

10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma que eventualmente se façam necessários para a execução do contrato;

10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.5 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento deste instrumento e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;

11.2.3 Promover a verificação do fornecimento efetuado, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do Edital constante no processo licitatório que o originou, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

11.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito, corrigido ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

12.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

12.2.1 Multa;

12.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

12.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral;

12.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 12.2.2 a 12.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

12.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada por infração e de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

12.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação principal**:

12.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

12.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

12.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

12.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvem com a principal:

12.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

12.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

12.4.2.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

12.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

12.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

12.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

12.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

12.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

14.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

14.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao Ministério Público do Estado da Bahia, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

14.4 A **CONTRATADA** cooperará com o **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

14.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no edital constante no processo licitatório que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como na proposta da **CONTRATADA** apresentada na referida licitação naquilo em que não diverjam deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE



O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e), do Poder Judiciário do Estado da Bahia no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da sua assinatura, conforme disposto na Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, após a publicação na Imprensa Oficial.

Salvador, data da assinatura digital.

Empresa XXXXXXXXXXXXXXXX

Nome

Cargo

Ministério Público do Estado da Bahia

André Luís Sant'Ana Ribeiro

Superintendente de Gestão Administrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Prezados,

em atendimento ao Despacho (0805100), após análise da Minuta de contrato (0802962), solicitamos a análise da Cláusula Quarta - dos preços, no item 4.2, que contém a descrição de item estranho ao objeto do contrato.



Documento assinado eletronicamente por **Celia Borges De Almeida** em 11/09/2023, às 14h30min, em formato de documento eletrônico de 1/1 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_consultar&id_orgao_acesso_externo=/ informando o código de verificação **0805100** e o código CRC **919FDBB6**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Realizados os ajustes conforme apontamento da Unidade demandante, encaminhamos o expediente para análise e manifestação da Assessoria Jurídica.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 19/02/2013, às 02:09, conforme o Ato Normativo nº 7, de 59 de Dezembro de 2010 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código Verificador **0805840** e o código CRC **342A79B3**.



CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/202x – SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **André Luís Sant'Ana Ribeiro**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº. **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida à **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, representada por seu/sua **XXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF/MF nº. **XXX.XXX.XXX-XX**, **CELEBRAM** o presente Contrato, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no edital de Licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº **xxxx/202x**, protocolado sob o nº SEI 19.09.02348.0023891/2022-67, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento, sob demanda, de placas em aço inox 304, com medidas de 20 cm x 15cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de eludo super luxo, tipo caixa, conforme especificações constantes deste instrumento;

1.2 Incluem-se no objeto contratual todas as despesas necessárias à plena execução do objeto e suas especificidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

2.1 A **CONTRATADA** deverá retirar a nota de empenho no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da data da convocação do **CONTRATANTE**;

2.1.1 A **CONTRATADA** será convocada, preferencialmente por meio eletrônico, para recebimento da nota de empenho, cuja comprovação de entrega/retirada deverá ocorrer também por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail).

2.1.2 O Fornecedor poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, §4º da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

2.2 O prazo para entrega do objeto é de **05 (cinco) dias**, contados da data do recebimento, pela **CONTRATADA**, da Nota de Empenho acompanhada da respectiva Autorização de Fornecimento de Material e Contrato;

2.2.2 A **CONTRATADA** deverá providenciar a entrega dos bens na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750, 3º andar, sala 316, Assessoria de Cerimonial, Centro Administrativo da Bahia.

2.2.3 A entrega deverá ser previamente agendada com o **CONTRATANTE**, por meio de sua Assessoria de Cerimonial, através dos telefones 71-3103-0403/0443/0498/0502 e/ou pelo e-mail cerimonial@mpba.mp.br;

2.2.4 As entregas deverão ocorrer em dias úteis (de segunda a sexta-feira), das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h;

2.3 O recebimento do objeto contratual, ficará sob a responsabilidade do (a) fiscal do contrato (responsável pela habilitação para pagamentos) em conjunto com um representante da **Assessoria de Cerimonial** do **CONTRATANTE**, caso estes não sejam a mesma pessoa;

2.3.1 Para fins de recebimento provisório/definitivo, não se reputará como válido o recebimento dado pelo **CONTRATANTE** em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço da **CONTRATADA**;

2.3.2 O prazo para **recebimento provisório será de 05 (cinco) dias**;

2.4 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas (tais como bens em dissonância com as especificações e exigências contratuais/editais, com vícios ou defeitos de fabricação, com prejuízo ao perfeito funcionamento ou com danos nas embalagens que possam comprometer a qualidade do conteúdo), podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.4.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a substituir o(s) equipamento(s) e/ou refazer o(s) serviço(s) no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da notificação expedida pelo **CONTRATANTE**;

2.5 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias** e só será concretizado depois de finalizados pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos contidos no Ato Normativo nº 007/2005 e na Instrução Normativa nº 006/2012, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005;

2.5.1 O recebimento ocorrerá também em conjunto com a Comissão de Recebimento de Bens Permanentes do **CONTRATANTE**, designada pela Portaria nº 047/2021-SGA – ou por instrumento que eventualmente a substitua, caso o valor do objeto contratual seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, nos termos do art. 153, c/c, art. 161 §4º, da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005;

2.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora 40.101/0003	Unidade	Destinação de Recursos (Fonte) 100	Ação (P/A/OE) 2000	Região 9900	Natureza da Despesa 33.90.30
---	----------------	--	------------------------------	-----------------------	--

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS

4.1 O valor unitário dos bens objeto deste contrato é de:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO EM REAIS (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Placa em ao inox 304, medindo 20cm x 15cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de veludo super luxo, tipo caixa	Unidade	50	R\$250,00	R\$ 12.500,00
VALOR TOTAL DOS ITENS			R\$ 12.500,00		

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor global de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), equivalente ao fornecimento, sob demanda, de placas em aço inox, conforme descrição constante do item 4.1;

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, entregas e transportes de qualquer natureza, alimentação, hospedagem, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, mediante solicitação devidamente motivada da Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato deverá ser efetuado em **múltiplos faturamentos**, sendo cada um realizado após a entrega de cada pedido/empenho emitido pelo **CONTRATANTE**.

6.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, nota fiscal e

documentações/certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As notas fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA** e deverão conter as seguintes informações: número da licitação que deu origem ao contrato e número do empenho que formaliza a execução da despesa;

6.3.1 Deverá ser entregue, juntamente com a nota fiscal dos bens, comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no item **6.2.1**.

6.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º c/c artigo 144 e seguintes da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela **CONTRATADA**, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

7.1.1 Adotar-se-á o INPC/IBGE como índice oficial para o cálculo da variação de preços, tendo como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede o a data de aniversário, a saber:

7.1.1.1 Mês 1: Agosto/2023;

7.1.1.2 Mês 12: Julho/2024;

7.1.2 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a parcelas de serviços empenhadas após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, observando-se ainda que:

7.1.3 Reajustamentos subsequentes deverão observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de aplicabilidade da concessão do último reajuste;

7.1.4 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.1.5 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 A vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do seu resumo no Diário da Justiça Eletrônico, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 140 da Lei Estadual-Ba nº 9.433/2005.

8.2 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, ao respeito ao limite de valor autorizativo da contratação na modalidade de dispensa de licitação;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANTE**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.4.1 É **vedada a subcontratação**, ainda que parcial, dos serviços que compõem o objeto contratual;

9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;

9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos bens e serviços (quando couber), indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao MPBA e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir **ao CONTRATANTE todos** os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo licitatório que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.13 Comunicar formalmente **ao CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.0 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado, observando-se o sigilo necessário;

10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA E SEXTA**;

10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma que eventualmente se façam necessários para a execução do contrato;

10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.5 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento deste instrumento e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;

11.2.3 Promover a verificação do fornecimento efetuado, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do Edital constante no processo licitatório que o originou, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

11.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito, corrigido ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

12.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

12.2.1 Multa;

12.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

12.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral;

12.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 12.2.2 a 12.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

12.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada por infração e de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

12.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação principal**:

12.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

12.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

12.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

12.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvem com a principal:

12.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

12.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

12.4.2.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

12.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

12.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

12.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

12.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

12.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

14.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

14.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao Ministério Público do Estado da Bahia, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

14.4 A **CONTRATADA** cooperará com o **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

14.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no edital constante no processo licitatório que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como na proposta da **CONTRATADA** apresentada na referida licitação naquilo em que não diverjam deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE



O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e), do Poder Judiciário do Estado da Bahia no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da sua assinatura, conforme disposto na Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, após a publicação na Imprensa Oficial.

Salvador, data da assinatura digital.

Empresa XXXXXXXXXXXXXXXX

Nome

Cargo

Ministério Público do Estado da Bahia

André Luís Sant'Ana Ribeiro

Superintendente de Gestão Administrativa



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20235468821**

RAZÃO SOCIAL	
M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTR	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
046.106.337	00.899.984/0001-94

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 28/09/2023, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.899.984/0001-94
Razão Social: M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICOS COM IND SERVICOS LTDA
Endereço: RUA NOSSA SRA DO RESGATE 12B LOT G STO ANTONIO / CABULA / SALVADOR / BA / 41150-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/09/2023 a 18/10/2023

Certificação Número: 2023091905343760601700

Informação obtida em 28/09/2023 10:30:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PARECER

PROCEDIMENTO SEI Nº 19.09.48086.0020719/2023-48
INTERESSADO (A): Assessoria de Cerimonial
ESPÉCIE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE PLACA DE METAL PARA HOMENAGEM. ART. 59, II, LEI ESTADUAL Nº. 9.433/2005. PEQUENO VALOR. JUSTIFICATIVAS. ATENDIMENTO AO ATO NORMATIVO 31/2023. ART. 65, § 3º. PREENCHIMENTO. PELA REGULARIDADE JURÍDICA. RECOMENDAÇÃO DE AJUSTES NA MINUTA CONTRATUAL.

PARECER Nº. 744/2023

I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento instaurado pela Assessoria de Cerimonial do Gabinete da Procuradora Geral de Justiça, com vistas a viabilizar a contratação da empresa **MMA ARTEFATOS EM ACRILICO COMERCIO IND. SERVICO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.899.984/0001-94, para fornecimento, sob demanda, de placas em aço inox 304, com medidas de 20 cm x 15cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de veludo super luxo, tipo caixa.

Para tanto, a unidade requer autorização para realização de contratação direta, mediante dispensa de licitação, na modalidade de pequeno valor, para contratação pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do documento de oficialização de demanda, no valor total estimado de **R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)**.

Instrui o expediente o formulário de autorização, documento de oficialização de demanda, despachos da Unidade interessada, pesquisa de mercado, informações orçamentárias, certidões de regularidade, despachos diversos, minuta contratual, dentre outros.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

II.I Da contratação direta:

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina que, em regra, as contratações firmadas pela Administração Pública serão objeto de prévia licitação, como forma de garantir a efetivação dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, competição, vantajosidade, dentre outros. Nesse sentido é o que dispõe o art. 37, inciso XXI:

Art. 37.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se pode observar no referido dispositivo, a Carta Magna de 1988 faz uma ressalva quanto aos casos especificados na legislação, possibilitando a contratação direta, mediante dispensa ou inexistência, em situações excepcionais. Esse é também o escólio da doutrina:

As situações excepcionais ocorrem quando a competição se revela de todo inviável ou, analisado o caso concreto, possa causar prejuízo à Administração. Em tais hipóteses, o procedimento licitatório pode ser inexigido ou dispensado, justificando-se a contratação direta, o que, ainda assim, exige prévio procedimento formal.¹

Cumprido analisar, portanto, se a presente contratação se amolda a alguma das hipóteses de contratação direta especificadas na legislação.

II.II Da dispensa de licitação de pequeno valor:

Analisando as propostas ofertadas pelas empresas, verifica-se que a de menor preço alcança o montante de **R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)**, razão pela qual a contratação encontra amparo no art. 59, II, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, *in verbis*:

Art. 59 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Embora o legislador estadual não tenha fixado os limites para compras e serviços que não sejam de engenharia, o art. 55 da Lei Estadual nº. 9.433/2005, com a redação dada pela Lei Estadual nº. 13.591/2016, dispôs o seguinte:

Art. 55 - Para definição das modalidades licitatórias, serão observados os limites fixados por ato expedido pela Administração, os quais não excederão a 100% (cem por cento) do valor fixado para situação idêntica, e na área de sua competência, pela União.

O ato expedido pela Administração a que se refere o legislador estadual, atualmente, é o Decreto Estadual nº. 18.489/2018, cujo art. 2º, inciso II, prevê o seguinte limite:

Art. 2º - As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do caput do art. 50 da Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005, serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

II - para compras e serviços não referidos no inciso I do *caput* deste artigo:
convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

Portanto, os arts. 55 e 59, II, ambos da Lei Estadual nº. 9.433/2005, em conjunto com o art. 2º, II, do Decreto Estadual nº. 18.489/2018, permitem concluir que a dispensa denominada de “*pequeno valor*”, no caso de obras e serviços que não sejam de engenharia, possui como limite o montante de **R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)**.

Considerando que a proposta de menor preço não ultrapassa o referido limite legal, a presente contratação se amolda à hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 59, I, da Lei Estadual nº. 9.433/2005.

II.III Da dotação orçamentária:

Consta dos autos que as despesas correrão por conta do projeto/atividade **2000**, elemento da despesa **33.90.30**, cujo saldo da dotação orçamentária para o presente exercício totaliza **R\$ 419.406,23 (quatrocentos e dezenove mil quatrocentos e seis reais e vinte e três centavos)**

Assim, restou demonstrada a suficiência de recursos orçamentários para adimplemento da despesa pretendida.

II.IV Da circunstância de fato - justificativa da contratação:

Consta dos autos que a contratação se justifica diante da necessidade de atendimento ao que dispõe o Ato Normativo n.º 31/2023, que implementou e regulamentou a entrega do Diploma de Reconhecimento à Carreira Institucional (doc. SEI 0801126).

De acordo com o art. 4º do citado normativo, (doc. SEI 0767974), “*o Diploma de Reconhecimento à Carreira Institucional do Ministério Público da Bahia será cunhado em placa de metal, contendo a marca do Ministério Público da Bahia e o nome do homenageado*”.

Saliente-se, por oportuno, que não compete a esta Assessoria Técnico-Jurídica se imiscuir em relação à pertinência da motivação da demanda, mas, tão somente, verificar sua existência e sua devida demonstração nos autos.

II.V Das razões da escolha da contratada e da justificativa do preço:

Consta dos autos a realização de pesquisa de mercado com 03 (três) empresas distintas, sendo escolhida aquela que apresentou o menor preço, no valor de **R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)**. As razões da escolha da contratada, qual seja, a empresa **MMA ARTEFATOS EM ACRILICO COMERCIO IND. SERVICO LTDA** repousam, portanto, no fato dela ter apresentado o menor preço.

II.V.I Necessidade de verificação de eventual penalidade:

Consta dos autos consulta acerca de eventual penalidade, com resultado negativo (doc. SEI 0797890).

II.VI Das certidões de regularidade:

Como se verifica dos autos, houve a juntada das provas de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, bem como a prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e FGTS, conforme Certificado de Regularidade de Situação (CRS). Dado o lapso temporal transcorrido desde a formalização da demanda, no entanto, houve a expiração do prazo de vigência do documento emitido pela SEFAZ/BA, assim como se encontra na iminência do fim a validade da comprovação relativa ao FGTS.

Diante disso, e a fim de conferir maior celeridade aos autos, informa-se que esta Assessoria promoveu a atualização dos referidos documentos (docs. SEI 0811318 e 0811320), cabendo ao setor competente verificar a manutenção das condições de regularidade durante toda a execução contratual.

II.VII Da minuta contratual:

A presente contratação não obriga a confecção de instrumento contratual, nos termos do art. 132, da Lei Estadual nº. 9.433/2005. Nada obstante, optou-se pela sua celebração. De acordo com o art. 126, da Lei Estadual nº. 9.433/2005:

Art. 126 - São cláusulas necessárias, em todo contrato, as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento; os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços; os critérios de atualização monetária entre a data de adimplemento das obrigações e a do seu efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento provisório ou definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - o sistema de fiscalização;

VIII - os direitos e responsabilidades das partes, as sanções contratuais e o valor das multas;

IX - os casos de rescisão;

X - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do contrato;

- XI - a responsabilidade pelos prejuízos decorrentes de paralisação da obra, serviço ou fornecimento;
- XII - quando for o caso, as condições de importação e exportação, a data e a taxa de câmbio para conversão ou o critério para a sua determinação;
- XIII - o foro judicial;
- XIV - a vinculação ao edital ou convite, ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu e à proposta do licitante vencedor;
- XV - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários.
- Parágrafo único - Nos contratos celebrados pela Administração com pessoa física ou jurídica, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da capital do Estado da Bahia para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no parágrafo único do art. 104 desta Lei.

Sob o aspecto formal, a minuta contratual atende às disposições legais. Registra-se, no entanto, que o conteúdo conferido ao item 8.1, salvo melhor juízo, carece de revisão, tendo em vista as circunstâncias relativas ao caso analisado.

Inicialmente, mencione-se que o item 3.8.2 do formulário DOD (doc. SEI 0801126) indica ser a hipótese de não admissão da prorrogação da vigência contratual.

Para além da manifestação da unidade demandante, cumpre anotar que a possibilidade de prorrogação prevista no art. 140, II da Lei Estadual nº 9.433/2005 compreende, tão somente, os serviços “*a serem executados de forma contínua*”. Neste sentido, cumpre esclarecer que o caracteriza o caráter contínuo de um determinado objeto, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, **é a sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.**

O objeto ora analisado não parece guardar as características próprias de um serviço de prestação continuada, cuja eventual solução de continuidade possa, potencialmente, expor a risco os interesses deste MPBA. Diante de tais termos, portanto, recomenda-se a edição do item 8.1 da minuta do instrumento contratual para exclusão da possibilidade de prorrogação de sua vigência.

Ademais, pontue-se a necessidade de ajuste do preâmbulo da minuta, precisamente no trecho que consigna “*observado o constante no edital de Licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº xxx/202x, protocolado sob o nº SEI 19.09.02348.0023891/2022-67*”, de modo que o teor do instrumento seja alinhado às características do presente expediente.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração, **esta Assessoria Técnico-Jurídica se manifesta pela regularidade jurídica da dispensa de licitação em epígrafe, aprovando a minuta de contrato vinculada ao doc. SEI 0805843, desde que sejam promovidos os recomendados ajustes em seu preâmbulo e em seu item 8.1.**

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

Belª. Maria Paula Simões Silva
Assessora de Gabinete/SGA
Mat. 355.047

Belª. Carla Baião Dultra
Oficial Administrativo II
Apoio processual ATJ/SGA
Mat. 355.204

HUPSEL, Edite Mesquita. COSTA, Leyla Bianca Correia Lima da. **Comentários à lei de licitações e contratações do Estado da Bahia**, 2010, p. 176.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 28/09/2023, às 17:14, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **CARLA BAIÃO DULTRA** em 02/10/2023, às 08:11, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0811436** e o código CRC **20623CDB**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos fundamentos expostos no Parecer nº 744/2023, e autorizo a Dispensa de Licitação, em favor da empresa MMA ARTEFATOS EM ACRILICO COMERCIO IND. SERVICO LTDA., no valor total estimado de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), para fornecimento, sob demanda, de placas em aço inox 304, com medidas de 20 cm x 15cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de veludo super luxo, tipo caixa, desde que sejam cumpridas as recomendações do citado opinativo.

Em tempo, tendo em vista a origem do processo da Assessoria de Cerimonial, unidade setorial de planejamento do Projeto/Atividade 4008 - Manutenção do Cerimonial do Ministério Público, a unidade gestora 40101-0003 DADM deverá substituir o formulário de informações orçamentárias para a ação correspondente a finalidade do objeto a ser adquirido.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e providências pertinentes.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 21/02/2023, às 12h30, conforme Ato Normativo nº 2 de 43 de 07 de Dezembro de 2012 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0815956** e o código CRC **41B57114**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da empresa contratada, **M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICOS COM IND SERVICOS LTDA**, CNPJ **00.899.984/0001-94**, e de seus respectivos sócios, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0817443), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Milena Mª Cardoso do Nascimento
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 03/10/2023, às 14:34, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0817415** e o código CRC **89F19395**.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS LTDA**

CPF/CNPJ: **00.899.984/0001-94**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:27:17 do dia 03/10/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: UGSD031023142717

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **IRACI MARIA COELHO DE MORAIS**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:27:33 do dia 03/10/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: NB6B031023142733

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **RAFAEL RUDA COELHO DE MORAIS E SILVA**

CPF/CNPJ:



O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:27:54 do dia 03/10/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 8UWP031023142754

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (03/10/2023 às 14:28) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 00.899.984/0001-94.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 651C.4F31.3305.C097 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (03/10/2023 às 14:28) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 00.899.984/0001-94.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 651C.4F31.AD97.6097 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (03/10/2023 às 14:28) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 651C.4F3E.D395.1110 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (03/10/2023 às 14:28) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 651C.4F4B.D16A.5123 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 00899984000194



LIMPAR

Data da consulta: 03/10/2023 08:12:40
Data da última atualização: 09/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência), 09/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS), 09/2023 (Diário Oficial da União - CEAF), 09/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP), 09/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica
CPF/CNPJ: 00899984000194
Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar



Governo do Estado da Bahia

Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar



Governo do Estado da Bahia



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA

PORTARIA SGA Nº 404/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar as servidoras Cinthia Sant'Anna Almeida, matrícula nº 352.210 e Célia Borges de Almeida, matrícula nº 353.573, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 140/2023-SGA, relativo ao fornecimento, sob demanda, de placas em aço inox 304, com medidas de 20 cm x 15cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de eludo super luxo, tipo caixa.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 13/11/2023, às 18:56, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0819213** e o código CRC **9DB7C8E8**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da empresa contratada, **M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICOS COM IND SERVICOS LTDA**, CNPJ **00.899.984/0001-94**, e de seus respectivos sócios, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0847766), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Thalita Brito Caldas
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 03/12/2020, às 11:11:56, em nome do N.º 2: 3 de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 inserindo o código de verificação **0847767** e o código CRC **097E6711**.

Formulário de Informações Orçamentárias

Projeto / Ação / Atividade (número e nome):

4008-Manutenção do Cerimonial do Ministério Público do Estado

Código da Unidade Orçamentária:

40101-Superintendência de Gestão Administrativa

Código da Unidade Gestora:

003-Diretoria Administrativa do Ministério Público

Saldo Orçamentário:

20.040,00

Natureza da Despesa:

33.90.30.000

Responsável pela Informação:

MICHELA CORDEIRO DE ARAÚJO

Responsável pela Unidade Gestora:

MARIA AMALIA BORGES FRANCO

Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):

109/2023-DADM



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 07/11/2023, às 15:13, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0859122** e o código CRC **76C7EAD4**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

INFORMAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

À DCCL,

Em atenção ao despacho do Superintendente segue informações orçamentárias corrigidas:

Contrato nº 140/2023 - SGA

Objeto: fornecimento de placas

A despesa total no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) será custeada pelo:

PAOE: 4008 - Manutenção do Cerimonial do Ministério Público do Estado

Objetivo do PAOE: Atender despesas com as atividades do cerimonial, protocolo e eventos demandados pelas unidades e integrantes do Ministério Público do Estado

Unidade Orçamentária: 40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência

Unidade Gestora: 0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público

Região/Fonte: 9900 - Estado

Destinação: 1.500.0.100.000000.00.00.00

Elemento de despesa: 33.90.30.000 - Material de Consumo



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 03/11/2022, às 13:27h, em formato de ofício de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 inserindo o código de verificação **0859559** e o código CRC **186D5F18**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Conforme entendimentos mantidos, retorne-se o presente expediente para a Unidade Gestora 4010-0003 - DADM para correção da classificação orçamentária do objeto contratado, na forma do [MCASP - 9a Edição](#), conforme a seguir:

4.2.4.5. Elemento de Despesa Orçamentária Tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins

31 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras Despesas orçamentárias com a aquisição de prêmios, condecorações, medalhas, troféus, etc., bem como com o pagamento de prêmios em pecúnia, inclusive decorrentes de sorteios lotéricos.

Após, retorne-se.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 19/11/09023, s 9à:413conforme Ato Normativo nº 9473de 15 de Dezembro de 0909 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=9 informando o código verificador **0863636** e o código CRC **8E8AB9E1**.



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Exercício:	2023														
Esfera:	F - Fiscal														
Órgão:	40 - Ministério Público - MPE														
Unidade Orçamentária:	40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência														
Unidade Gestora:	0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público														
Função:	03 - Essencial à Justiça														
Subfunção:	122 - Administração Geral														
Programa de Governo:	503 - Ações de Apoio Administrativo do Ministério Público														
PAOE:	4008 - Manutenção do Cerimonial do Ministério Público do Estado														
Região:	9900 - Estado														
Objetivo do PAOE:	Atender despesas com as atividades do cerimonial, protocolo e eventos demandados pelas unidades e integrantes do Ministério Público do Estado														
Produto:															
Quantidade Prevista:															
Quantidade Atual:															
Natureza da Despesa	Destinação de Recursos	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
3.3.90.30.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	7.900,00	7.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.31.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00
3.3.90.33.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	69.720,00	4.600,00	0,00	0,00	57.580,00	57.580,00	37.280,00	33.980,00	7.540,00
Região	Total do Tesouro		0,00	0,00	0,00	0,00	94.120,00	16.500,00	0,00	0,00	57.580,00	57.580,00	37.280,00	33.980,00	20.040,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Região		0,00	0,00	0,00	0,00	94.120,00	16.500,00	0,00	0,00	57.580,00	57.580,00	37.280,00	33.980,00	20.040,00
PAOE	Total do Tesouro		0,00	0,00	0,00	0,00	94.120,00	16.500,00	0,00	0,00	57.580,00	57.580,00	37.280,00	33.980,00	20.040,00
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal PAOE		0,00	0,00	0,00	0,00	94.120,00	16.500,00	0,00	0,00	57.580,00	57.580,00	37.280,00	33.980,00	20.040,00



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Retorne-se o processo para DCCL,

Conforme despacho do Superintendente Despacho 0863636, foi requerido à DPGO a inclusão do elemento de despesa **339031000** - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras no **PAOE 4008** - Manutenção do Cerimonial do Ministério Público do Estado, **UG 0003/DADM**, correspondente a despesa do objeto da contratação.

Solicito a alteração das informações orçamentárias no Contrato nº 140/2023 - SGA referente ao elemento de despesa, conforme abaixo:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade	Destinação de Recursos (Fonte)	Ação (P/A/OE)	Região	Natureza da Despesa
40.101/0003		100	4008	9900	33.90.31

Foi anexado ao processo o PLAN60 0864110 para simples conferência.

Após enviar novamente para assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 03/00/1312, às 00413, conforme f to AormatiNb nv 3° 7, de 05 de Dezembro de 1313 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3 informando o código Verificador **0864043** e o código CRC **E026C0FC**.

CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA M.A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA-ME, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº 140/2023 – SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **André Luís Sant'Ana Ribeiro**, e a empresa **M.A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA-ME**, CNPJ nº. 00.899.984/0001-94, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida à Rua Silveira Martins, 219, Cabula, Salvador/BA, representada por sua sócia administradora, **Iraci Maria Coelho de Moraes**, CPF/MF nº. [REDACTED] **CELEBRAM** o presente Contrato, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante do procedimento de Dispensa de Licitação, nº 109/2023-DADM protocolado sob o nº SEI 19.09.48086.0020719/2023-48, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento, sob demanda, de placas em aço inox 304, com medidas de 20 cm x 15cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de eludo super luxo, tipo caixa, conforme especificações constantes deste instrumento;

1.2 Incluem-se no objeto contratual todas as despesas necessárias à plena execução do objeto e suas especificidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

2.1 A **CONTRATADA** deverá retirar a nota de empenho no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da data da convocação do **CONTRATANTE**;

2.1.1 A **CONTRATADA** será convocada, preferencialmente por meio eletrônico, para recebimento da nota de empenho, cuja comprovação de entrega/retirada deverá ocorrer também por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail).

2.1.2 O Fornecedor poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, §4º da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

2.2 O prazo para entrega do objeto é de **05 (cinco) dias**, contados da data do recebimento, pela **CONTRATADA**, da Nota de Empenho acompanhada da respectiva Autorização de Fornecimento de Material e Contrato;

2.2.2 A **CONTRATADA** deverá providenciar a entrega dos bens na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750, 3º andar, sala 316, Assessoria de Cerimonial, Centro Administrativo da Bahia.

2.2.3 A entrega deverá ser previamente agendada com o **CONTRATANTE**, por meio de sua Assessoria de Cerimonial, através dos telefones 71-3103-0403/0443/0498/0502 e/ou pelo e-mail cerimonial@mpba.mp.br;

2.2.4 As entregas deverão ocorrer em dias úteis (de segunda a sexta-feira), das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h;

2.3 O recebimento do objeto contratual, ficará sob a responsabilidade do (a) fiscal do contrato (responsável pela habilitação para pagamentos) em conjunto com um representante da **Assessoria de Cerimonial** do **CONTRATANTE**, caso estes não sejam a mesma pessoa;

2.3.1 Para fins de recebimento provisório/definitivo, não se reputará como válido o recebimento dado pelo **CONTRATANTE** em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço da **CONTRATADA**;

2.3.2 O prazo para recebimento provisório será de **05 (cinco) dias**;

2.4 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas (tais como bens em dissonância com as especificações e exigências contratuais/editais, com vícios ou defeitos de fabricação, com prejuízo ao perfeito funcionamento ou com danos nas embalagens que possam comprometer a qualidade do conteúdo), podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.4.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a substituir o(s) equipamento(s) e/ou refazer o(s) serviço(s) no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da notificação expedida pelo **CONTRATANTE**;

2.5 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias** e só será concretizado depois de finalizados pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos contidos no Ato Normativo nº 007/2005 e na Instrução Normativa nº 006/2012, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005;

2.5.1 O recebimento ocorrerá também em conjunto com a Comissão de Recebimento de Bens Permanentes do **CONTRATANTE**, designada pela Portaria nº 047/2021-SGA – ou por instrumento que eventualmente a substitua, caso o valor do objeto contratual seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, nos termos do art. 153, c/c, art. 161 §4º, da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005;

2.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade	Destinação de Recursos (Fonte)	Ação (P/A/OE)	Região	Natureza da Despesa
40.101/0003		100	4008	9900	33.90.31

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS

4.1 O valor unitário dos bens objeto deste contrato é de:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO EM REAIS (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Placa em ao inox 304, medindo 20cm x 15cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de veludo super luxo, tipo caixa	Unidade	50	R\$250,00	R\$ 12.500,00
VALOR TOTAL DOS ITENS			R\$ 12.500,00		

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor global de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), equivalente ao fornecimento, sob demanda, de placas em aço inox, conforme descrição constante do item 4.1;

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela CONTRATADA para a execução do objeto, entregas e transportes de qualquer natureza, alimentação, hospedagem, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

5.1 A CONTRATADA se obriga a aceitar, mediante solicitação devidamente motivada da Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato deverá ser efetuado em múltiplos faturamentos, sendo cada um realizado após a entrega de cada pedido/empenho emitido pelo CONTRATANTE.

6.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura, nota fiscal e documentações/certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo CONTRATANTE, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As notas fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos, que tenham como fato gerador o objeto consignado na CLÁUSULA PRIMEIRA e deverão conter as seguintes informações: número da licitação que deu origem ao contrato e número do empenho que formaliza a execução da despesa;

6.3.1 Deverá ser entregue, juntamente com a nota fiscal dos bens, comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa;

6.4 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 6.2.1.

6.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º c/c artigo 144 e seguintes da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela **CONTRATADA**, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

7.1.1 Adotar-se-á o INPC/IBGE como índice oficial para o cálculo da variação de preços, tendo como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede o a data de aniversário, a saber:

7.1.1.1 Mês 1: Agosto/2023;

7.1.1.2 Mês 12: Julho/2024;

7.1.2 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a parcelas de serviços empenhadas após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, observando-se ainda que:

7.1.3 Reajustamentos subsequentes deverão observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de aplicabilidade da concessão do último reajuste;

7.1.4 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.1.5 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 A vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do seu resumo no Diário da Justiça Eletrônico, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 140 da Lei Estadual-Ba nº 9.433/2005.

8.2 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, ao respeito ao limite de valor autorizativo da contratação na modalidade de dispensa de licitação;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANTE**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

9.4.1 É vedada a subcontratação, ainda que parcial, dos serviços que compõem o objeto contratual;

9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;

9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos bens e serviços (quando couber), indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao MPBAe/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimento e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo licitatório que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

- 9.13 Comunicar formalmente **ao CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;
- 9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;
- 9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.0 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:
- 10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado, observando-se o sigilo necessário;
- 10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA E SEXTA**;
- 10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma que eventualmente se façam necessários para a execução do contrato;
- 10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 10.5 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 11.1 O **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;
- 11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:
- 11.2.1 Acompanhar o cumprimento deste instrumento e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;
- 11.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;
- 11.2.3 Promover a verificação do fornecimento efetuado, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- 11.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;
- 11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;
- 11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.
- 11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do Edital constante no processo licitatório que o originou, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.
- 11.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito, corrigido ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;
- 11.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.
- 11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora;
- 11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

- 12.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;
- 12.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no **item** anterior, as seguintes penalidades:
- 12.2.1 Multa;
- 12.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- 12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;
- 12.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral;
- 12.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 12.2.2 a 12.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;
- 12.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada por infração e de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

12.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação principal**:

12.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

12.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

12.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

12.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

12.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

12.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

12.4.2.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

12.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

12.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

12.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

12.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

12.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

14.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

14.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao Ministério Público do Estado da Bahia, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

14.4 A **CONTRATADA** cooperará com o **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

14.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no edital constante no processo licitatório que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como na proposta da **CONTRATADA** apresentada na referida licitação naquilo em que não diverjam deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e), do Poder Judiciário do Estado da Bahia no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da sua assinatura, conforme disposto na Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, após a publicação na Imprensa Oficial.

Salvador, data da assinatura digital.

EMPRESA M.A ARTEFATOS EM ACRÍLICO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS LTDA-ME

Iraci Maria Coelho de Moraes

Sócia-administradora

Ministério Público do Estado da Bahia

André Luis Sant'Ana Ribeiro

Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Iraci Maria Coelho de Moraes** em 10/11/2023, às 15:09, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 13/11/2023, às 18:56, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0864286** e o código CRC **25B2EE81**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à CECOM acompanhado do **Contrato nº 040/2023 - SGA** e da **Portaria nº 404/2023**, devidamente assinados, bem como extrato da publicação dos respectivos resumos no Diário da Justiça Eletrônico nº 3.453 do dia 16/11/2023 para providências cabíveis.

No ensejo, ressaltamos a necessidade de, ANTES DE SER EMITIDO O EMPENHO, que seja verificada a validade do orçamento e certidões da empresa selecionada, a fim de evitar a emissão de empenhos para empresa que não esteja em situação regular.

Paula Souza de Paula Marques
Coordenadora- Administrativa
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 03/00/121, às 00:11h em 03 de Dezembro de 2023 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_consultar&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código de verificação **0872018** e o código CRC **233E146B**.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº 162/2023 - SGA. Processo SEI: 19.09.01010.0028103/2023-33 - Dispensa Nº 003/2023 – PJR de Itaberaba. Parecer jurídico: 874/2018. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa BR Comércio de Gás LTDA, CNPJ nº 11.288.631/0001-74. Objeto: Fornecimento de água mineral para a Promotoria de Justiça Regional de Itaberaba-BA. Regime de Execução: Empreitada por preço global. Valor Global: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0051. Ação (P/A/OE): 4058. Região: 9900. Destinação de Recursos: 100. Natureza de Despesa: 33.90.30. Forma de Pagamento: Ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 16 de novembro de 2023 e a terminar em 15 de novembro de 2024.

PORTARIA SGA 408/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.01010.0028103/2023-33, RESOLVE designar os servidores Fidel Peixoto Santana, matrícula nº 352150 e Gilvanete Queiroz Matos, matrícula nº 351826, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 162/2023 - SGA, relativo ao fornecimento de água mineral para a Promotoria de Justiça Regional de Itaberaba.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 13 de novembro de 2023.

André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO – Nº 140/2023 - SGA. Processo SEI: 19.09.48086.0020719/2023-48 - Dispensa Nº 109/2023 – DADM. Parecer jurídico: 744/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa M.A Artefatos em Acrílico Comércio Indústria Serviços Ltda – ME, CNPJ nº 00.899.984/0001-94. Objeto: Fornecimento de placas em aço inox 304 com medidas de 20cm x 15cm com gravação em baixo relevo e quimiografia acondicionada em estojo de veludo super luxo, tipo caixa. Valor Global: R\$ 12.500,00 doze mil e quinhentos reais. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0003. Ação P/A/OE: 4008. Região: 9900. Destinação de Recursos: 100. Natureza de Despesa: 33.90.31. Forma de Pagamento: Ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a contar da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA no uso de suas atribuições RESOLVE designar as servidoras Cinthia Sant'Anna Almeida, matrícula nº 352.210 e Célia Borges de Almeida, matrícula nº 353.573, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 140/2023-SGA relativo ao fornecimento sob demanda de placas em aço inox 304 com medidas de 20 cm x 15cm, com gravação em baixo relevo e quimiografia, acondicionada em estojo de eludo super luxo, tipo caixa.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, em 13 de novembro de 2023.

André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa.

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO NOTA DE EMPENHO - Nº 40601.0004.23.0000010-1. Processo SEI: 19.09.02344.0028310/2023-63. Parecer Jurídico: 839/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Tendmed Comercio de Produtos Médicos Ltda, CNPJ nº 28.270.828/0001-89. Objeto contratual: Aquisição de LUVA de procedimento, tamanho M, não estéril, de uso único, descartável, apirogênica, em látex natural, textura uniforme, ambidestra, formato anatômico, resistente a tração, punho com bainha, número do lote e C.A. impressos no punho, sem pó; apresentação em caixa com 100 unidades contendo informaões de identificação, características do produto e marca, embalagem primaria e secundaria rotuladas conforme RDC 185/01/ANVISA. Objeto do aditivo: alterar a especificação técnica do produto de modo que passe a constar Luva nitrilica sem pó, tamanho M fabricada em copolímero de butadieno e acrilonitrilo, não estéril, livre de látex, texturizada, ambidestra; aprovada pelo Ministério do Trabalho (C.A), disponível nas cores azul, preta e rosa; descartável e de uso único, sem repercussões nos preços pactuados.

* REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 52/2023 – UASG 926302 – PROCESSO nº 19.09.02348.0023891/2022-67. OBJETO: Aquisição de medicamento masculino para condutores de veículos em atuação nas áreas de representação e escolta de autoridades, conforme edital e seus anexos. No aviso de licitação do referido pregão, publicado no DJE do dia 13 de novembro de 2023, ONDE SE LÊ: CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: a partir de 10/11/2023 às 08:00 horas (Horário de Brasília - DF); ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/01/2024 às 08:00 horas (Horário de Brasília - DF) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. LEIA- -SE: CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: a partir de 14/11/2023 às 08:00 horas (Horário de Brasília - DF); ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/01/2024 às 09:00 horas (Horário de Brasília - DF) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Obs.: O Edital e seus Anexos, poderão ser adquiridos nos sites: <https://www.mpba.mp.br/licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Informações: licitacao@mpba.mp.br



SRD		Solicitação de Reserva de Dotação		40101.0003.24.0000079-5	
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa					
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público					
Tipo de Instrumento: Contratos e assemelhados		Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59		Objeto: FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE PLACAS EM AÇO INOX 304, COM MEDIDAS DE 20 CM X 15CM, COM GRAVAÇÃO EM BAIXO RELEVO E QUIMIOGRAFIA, ACONDICIONADA EM ESTOJO DE ELUDO SUPER LUXO, TIPO CAIXA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES INSTRUMENTO, ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 109/2023-DADM, PROTOCOLADO SOB O SEI Nº 19.09.48086.0020719/2023-48 E CONTRATO Nº 140/2023 à SGA	
Data do Cadastro: 23/04/2024		Situação: Incluída		Integração Simpas: Não	
Responsável da Unidade: MARIA AMALIA BORGES FRANCO		E-mail Responsável pela Unidade: AMALIA@MPBA.MP.BR		Telefone do Responsável pela Unidade: 7131030118	
Valor da SRD (R\$) *** 12.500,00		DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS *** **			
Justificativa:		Usuário de Alteração:		Data/Hora de Alteração:	

DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXERCÍCIO		
Exercício:	Dotação:	Valor Anual (R\$):
2024	40101.0003.03.122.503.4008.9900.339031000.1500010000000000000000.1	12.500,00

DEMONSTRATIVO DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO				
Exercício:	Dotação:	Saldo para Reserva anterior à SRD (R\$):	SRD - Exercício Corrente (R\$):	Saldo para Reserva após a SRD (R\$):
2024	40101.0003.03.122.503.4008.9900.339031000.1500010000000000000000.1	12.500,00	12.500,00	0,00



INT		Instrumento Contratual		40101.0003.24.0000075-8	
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa					
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público					
Tipo de Despesa: Compras e Serviços					
Tipo Instrumento: Contrato		Número da LID: 40101.0003.24.0000079-0		Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59	
Objeto: FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE PLACAS EM AÇO INOX 304, COM MEDIDAS DE 20 CM X 15CM, COM GRAVAÇÃO EM BAIXO RELEVO E QUIMIOGRAFIA, ACONDICIONADA EM ESTOJO DE ELUDO SUPER LUXO, TIPO CAIXA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTE INSTRUMENTO, ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 109/2023-DADM, PROTOCOLADO SOB O SEI Nº 19.09.48086.0020719/2023-48 E CONTRATO Nº 140/2023 - SGA					
Data Celebração: 13/11/2023		Data Publicação no DOE: 16/11/2023		Nº do Instrumento no SIGAP: Número do Contrato/Convênio: 140/2023	
Data Início: 16/11/2023		Data Término: 15/11/2024		Nº SRD: 40101.0003.24.0000079-5 Situação: Ativo	
Nome da Unidade Administrativa (UA): DADM					
Responsável pela UA: MARIA AMALIA BORGES FRANCO					
Email do Responsável pela UA: AMALIA@MPBA.MP.BR				Telefone do Responsável pela UA: 7131030118	
Valor total do Instrumento (R\$) *** 12.500,00				DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS *** ** * *** ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** *	

LOTES						
Número do Lote:	Valor do Lote:	Lei Anticalote?:	Retenção da Lei Anticalote:	Tipo de Documento AFM/APS:	Número do Documento AFM/APS:	Valor do Documento AFM/APS:
1	12.500,00	Não				0,00

DADOS CREDOR			
Código:	2013141100		
Nome:	M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS LTDA		
CPF/ CNPJ:	00.899.984/0001-94	Insc. Estadual:	46106337
Responsável no Credor:	M.M.A ARTEFATOS EM ACRILICO, COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS LTDA	E-mail Responsável:	procuradoria@conassa.com.br

DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Exercício:	Dotação Orçamentária:	Tipo de Gasto:	Valor (R\$):
2024	40101.0003.03.122.503.4008.9900.339031000.15000100000000000000.1	GERAL	12.500,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		
Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.4008.9900.339031000.15000100000000000000.1		
Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):



1	16/01/2024	1.250,00
2	16/02/2024	1.250,00
3	16/03/2024	1.250,00
4	16/04/2024	1.250,00
5	16/05/2024	1.250,00
6	16/06/2024	1.250,00
7	16/07/2024	1.250,00
8	16/08/2024	1.250,00
9	16/09/2024	1.250,00
10	16/10/2024	1.250,00



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Encaminhe-se à DICOFIN - Diretoria de Contabilidade e Finanças o processo de Dispensa de Licitação com Contrato nº 140/2023 - SGA para conhecimento, ressaltando que já foi feito por essa Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa o lançamento do Instrumento do Contrato no **FIPLAN** para empenhos futuros.

Sem mais, concluímos este processo.

Jessica Siqueira Souza
Unidade de Execução Orçamentária
Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa - DADM



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Siqueira Souza** em 19/02/2023, às 04:04, conforme Ato Normativo nº 0273 de 15 de Dezembro de 2010 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1039667** e o código CRC **D8204389**.